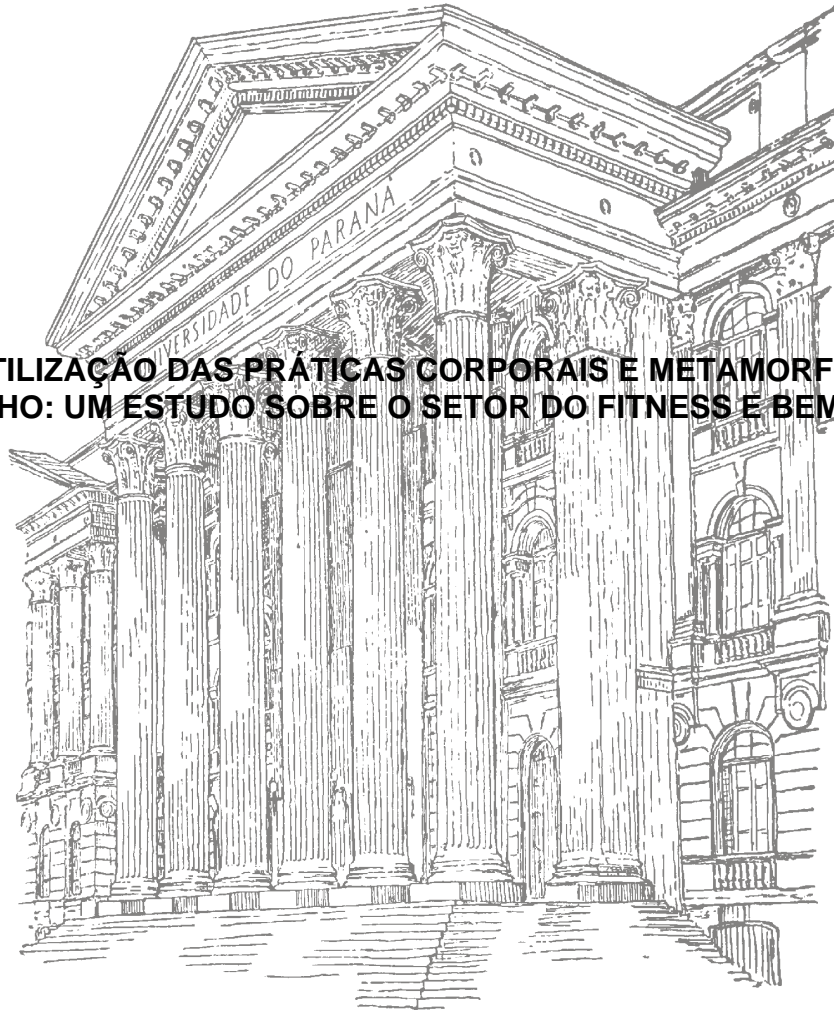


**RENATO PIZZATTO VIVAN**

**MERCANTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS E METAMORFOSES NO  
TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE O SETOR DO FITNESS E BEM-ESTAR**



**CURITIBA**

**2010**

**RENATO PIZZATTO VIVAN**

**MERCANTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS E METAMORFOSES NO  
TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE O SETOR DO FITNESS E BEM-ESTAR**

Dissertação apresentada ao para obtenção  
de grau de mestre em Educação pelo  
Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal do  
Paraná.

Orientadora: Prof. Dr. Astrid Baecker Avila

**CURITIBA**

**2010**

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	p. 4
<b>ABSTRACT</b> .....	p.5
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	p.6
<b>1. MERCANTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS: CAPITAL MONOPOLISTA E TRABALHO EM SERVIÇOS</b> .....	p. 14
<b>2. MERCANTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS: CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA E GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO</b> .....	p. 27
2.1 CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA E GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO: ATRAÇÃO E RETENÇÃO.....	p. 35
2.2 CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA E GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO: TERCEIRIZAÇÃO.....	p. 36
2.3 CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA E GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSO DE TRABALHO: MASSIFICAÇÃO E SEGMENTAÇÃO.....	p. 40
2.4 CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA E GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO: PRÁTICAS CORPORAIS E OBSOLESCÊNCIA PLANEJADA.....	p. 45
2.5 UNIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA EM PROL DA INDÚSTRIA DO <i>FITNESS</i> E BEM-ESTAR.....	p. 52
<b>3. MERCANTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS: PROCESSOS DE TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO</b> .....	p. 61
3.1 SUBSUNÇÃO REAL DA VIDA SOCIAL AO CAPITAL E TRABALHO COM PRÁTICAS CORPORAIS NO SETOR DE <i>FITNESS</i> E BEM-ESTAR.....	p. 81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	p. 93
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	p. 97

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo identificar tendências no setor do *fitness* e bem-estar, mais especificamente, no processo de mercantilização das práticas corporais como uma das consequências do processo de reestruturação produtiva do capital e seus efeitos para os trabalhadores deste setor. No primeiro capítulo tratamos como ocorre o processo de mercantilização das práticas corporais circunscritas na fase monopolista do desenvolvimento capitalista. No segundo discutimos a gestão e organização dos processos de trabalho presentes no setor de *fitness* e bem-estar, no quadro da concorrência intercapitalista. Para isso identificamos quais processos de trabalho são adotados tendencialmente pelo setor. A saber: estratégias de atração e retenção de alunos/clientes, terceirização, massificação combinada com segmentação e obsolescência planejada. Demonstramos que há uma unidade político-econômica da indústria do *fitness* e bem-estar, enquanto expressão de classe, na busca de isenções fiscais e estímulos financeiros oferecidos pelo Estado. No terceiro abordamos os processos de trabalho e as relações sociais de produção, sob o ponto de vista geral do antagonismo entre os proprietários dos meios de produção e a classe trabalhadora, do ponto de vista geral. E em termos particulares, a luta antagônica entre os empresários da indústria do *fitness* e bem-estar e os trabalhadores das práticas corporais. Para isso apresentamos como ocorre o processo de compra e venda da força de trabalho na esfera da circulação e também na esfera da produção na qual ocorre a expropriação da mais-valia. Além disso, apontamos como opera a transição de um processo de subsunção real do trabalho e formal da vida ao capital no período em que predomina o modelo produtivo taylorista/fordista, para uma subsunção real da vida social ao capital no atual padrão de acumulação capitalista. Por fim, apresentamos como age o mecanismo de extração de mais-valia relativa no setor de *fitness* e bem-estar através da introdução de equipamentos de base microeletrônica e mudanças na gestão e organização do trabalho e também o processo que gera a extração de mais-valia absoluta por meio da análise do estatuto salarial dos trabalhadores no setor de *fitness* e bem-estar e suas condições de trabalho. Concluindo que pela redução generalizada do preço da força de trabalho abaixo de seu valor os trabalhadores do setor do *fitness* e bem-estar são constantemente constrangidos a ampliar a sua jornada de trabalho com objetivo de compensar a corrosão causada em seus salários e pela precarização do trabalho, subsumindo, assim, sua vida social ao capital.

**Palavras-chave:** Mercantilização das práticas corporais; setor de *fitness* e bem-estar; precarização do trabalho; subsunção real da vida social ao capital.

## ABSTRACT

The research aimed to identify trends in the industry of *fitness* and well-being, more specifically, in the process of commodification of body practices as a consequence of the restructuring process of the capital and its effects on workers in this sector. The first chapter dealt with as the process of commodification of body practices in limited monopoly stage of capitalist development. In the second we discuss the management and organization of work processes through the industry of *fitness* and wellness in the context of competition intercapitalist. To do this we identify which work processes are adopted by the industry tends. Namely: strategies for attracting and retaining students / clients, outsourcing, combined with mass segmentation and planned obsolescence. We demonstrate that there is a political-economic unit of the *fitness* industry and well-being as an expression of class, in search of tax breaks and financial incentives offered by the state. In the third approach the work processes and social relations of production, under the general point of view of the antagonism between owners of means of production and the working class, the general point of view. And in particular, the antagonistic struggle between businessmen of the *fitness* industry and welfare workers and embodied practice. To present it as the process of buying and selling of labor power in the sphere of circulation and also in the sphere of production which occurs in the expropriation of surplus value. Moreover, we point operates as a transition from a process of real subsumption of labor and capital to the formal life of the period in which the predominant production model Taylorist / Fordist to a real subsumption of social capital in the current pattern of capital accumulation. Finally, we present acts as the mechanism of extraction of relative surplus value in the *fitness* industry and well-being through the introduction of equipment based on microelectronics and changes in management and organization of work and also the process that generates the extraction of absolute value by analyzing the status of wage workers in the *fitness* industry and the welfare and working conditions. For the general reduction in the price of labor below its value workers are constantly forced to extend their working day in order to compensate for the corrosion caused in their salaries and the precariousness of work, subsuming thus their social capital.

**Keywords:** commodification of body practices, the fitness industry and welfare; precarious employment, real subsumption of society under capital.

## INTRODUÇÃO

Percebemos um crescimento acelerado, nas últimas décadas, da indústria do *fitness* e bem-estar<sup>1</sup>, mais especificamente as empresas que vendem enquanto mercadoria as práticas corporais, no Brasil e no mundo. Ao mesmo tempo, isso gerou uma atração em parte significativa dos trabalhadores da educação física e das práticas corporais em geral, que se movimentaram em direção a esses locais para vender sua força de trabalho.

Alguns elementos ajudam-nos a expor melhor a questão. De acordo com Costa (2005, p. 65) em 1970 o Brasil possuía o número de 1000 academias de musculação e ginástica, chegando ao ano de 2005 a um número estimado de “... 20 mil academias que sustentam 140 mil empregados diretos e agregam 3,4 milhões de usuários”. Isso representa um crescimento significativo do setor nas últimas décadas e uma fração significativa da força de trabalho, incorporada, corresponde a trabalhadores da educação física e das práticas corporais. Fenômeno que está circunscrito pelo crescimento global das empresas que vendem práticas corporais mundialmente. A *Fitness First*, maior grupo operador de academias do planeta, alcançou no início de 2007 a marca de 500 unidades. Também em 2007, a *Gold's Gym* Internacional, a maior rede de academias, bateu recorde, chegando à inauguração de 60 novas unidades pelo mundo durante o ano. A *Les Mills* chegou em 2006 à marca de 10 mil academias licenciadas para usarem seus programas, ou então a *Curves* que chegou também a 11 mil e 500 unidades em 44 países (REVISTA FITNESS BUSINESS LATIN AMÉRICA, 2006; 2006a; 2007d; 2008).

Seja através da expansão interna dentro de cada país, da internacionalização das empresas deslocando suas instalações para diversas partes do planeta ou pela conformação de franquias por todo mundo, observa-se

---

<sup>1</sup> A indústria de *fitness* e bem-estar circunscreve a produção e circulação de aparelhagem, roupas, calçados, suplementos alimentares entre outros, além das práticas corporais. Porém, nessa dissertação, a abordagem de indústria do *fitness* e bem-estar faz referência, especificamente, às empresas/academias de musculação e ginástica que vendem enquanto mercadoria as práticas corporais.

um crescimento considerável do setor. Evidentemente que não de forma progressiva e linear por não estar imune ao desenvolvimento geral capitalista, e nem harmônica, por forjar-se na dinâmica conflitiva de capital e trabalho.

A partir da constatação exposta, diversas questões emanam para que possamos compreender esse fenômeno. Evidentemente, não é possível abordar todas, embora necessitem ser elucidadas, em suas mais variadas dimensões. Nesse sentido, após acesso e leitura da produção de conhecimento sobre esse tema e suas diversas particularidades, chegamos a três indagações que são tratadas ao longo dessa pesquisa. São elas: 1) Quais as tendências se apresentam no setor do *fitness* e bem-estar no processo de mercantilização das práticas corporais enquanto consequência da reestruturação produtiva e quais os efeitos para os trabalhadores desse setor?; 2) A reestruturação produtiva do capital incide numa precarização do trabalho em práticas corporais, no segmento do *fitness* e bem-estar? De que forma? 3) Quais as tendências e contra tendências estão postas nas relações capital x capital e capital x trabalho no setor do *fitness* e bem-estar?.

Nosso objetivo geral é identificar tendências no setor do *fitness* e bem-estar, mais especificamente, no processo de mercantilização das práticas corporais como uma das consequências do processo de reestruturação produtiva do capital e seus efeitos para os trabalhadores deste setor. E como objetivos específicos, temos: identificar se ocorre e como ocorre, no Brasil, um processo de precarização do trabalho na área do *fitness* e bem-estar, a partir da reestruturação produtiva da década de 1990 do século passado; apontar tendências e contra tendências no movimento do capital e do trabalho (em relação a força de trabalho) no segmento do *fitness* e bem-estar; verificar as características daquilo que se denomina trabalho precarizado e realizar a análise das condições da força de trabalho no setor de *fitness* e bem-estar.

A produção do conhecimento que versa sobre as relações da força de trabalho com o capital no terreno das práticas corporais pode ser classificada, em termos gerais, segundo Nozaki (2003; 2004) em: 1) pesquisas que tem como base

a noção de mercado de trabalho; 2) estudos que partem da noção de campo de trabalho e 3) e trabalhos que se utilizam da noção de mundo do trabalho.

As pesquisas no nosso campo de análise que partem da formulação de mercado de trabalho, dirá o autor, visualizam a expansiva mercantilização das práticas corporais – esportes, jogos, lutas, danças, brincadeiras, entre outros – principalmente a partir da década de 1990, como promissores “nichos de trabalho” a serem ocupados pelos trabalhadores das práticas corporais, principalmente os da educação física, diante da generalizada desvalorização e precarização do trabalho do magistério público, e secundarização da educação física de forma específica. Partem assim, de análises de base empírico-analíticas, que buscam demonstrar onde é mais fácil vender a força de trabalho, limitando-se a interrogar qual é a atividade laboral que o capital demanda mais trabalhadores em determinado momento histórico. Tal formulação em nosso entendimento é limitada e parte de uma perspectiva de adaptação passiva do trabalhador às necessidades do desenvolvimento capitalista.

Já a noção de campo de trabalho avança com relação à apresentada anteriormente, apesar de ainda limitada. Pauta-se em estudos que buscam demonstrar quais locais ou espaços de trabalho que podem atuar os trabalhadores das práticas corporais, dentre os quais temos os da educação física, como ocupam esses espaços e de que forma atuam.

A segunda noção demonstra-se ainda restritiva, por possuir um caráter geralmente descritivo, e não levar em conta as forças sociais que se põem em conflito permanente no processo de produção da existência humana na atual conformação histórica.

Já a noção de mundo do trabalho, evidencia o confronto entre capital e trabalho, em sua dimensão histórica, indo além do local mais fácil para se vender a força de trabalho ou modo de atuação dos trabalhadores em práticas corporais, explicitando, o antagonismo, nem sempre evidente, entre a classe proprietária dos meios de produção – burguesia – e os trabalhadores, bem como os processos multideterminados e determinantes de exclusão e exploração, no devir histórico do modo de produção capitalista. Entretanto, as duas noções anteriores não são



negadas, mas antes incorporadas e analisadas, ao mesmo tempo em que se busca superá-las pela noção de mundo do trabalho.

No trato com as questões de pesquisa e objetivos expostos essa dissertação adota a noção que tem como base o mundo do trabalho. O que propicia entendermos nosso objeto de estudo – mercantilização das práticas corporais e as metamorfoses do trabalho de quem com elas desenvolve sua atividade laboral – enquanto manifestação particular de um processo histórico mais geral, balizado pelas relações sociais que os homens estabelecem entre si para produzirem sua existência. Entretanto, não compreendemos o particular como representação menor de um universal estático mediado por uma relação mecânica. As categorias de análise particular, universal e singular são antes o próprio movimento que busca captar o real em movimento. O conhecimento constrói-se assim por um processo que encontra nas manifestações singulares, concretas, características universais. Estabelecendo-se por meio desse universal, um movimento de aproximações sucessivas com o particular. Está, assim, e ao mesmo tempo não está, o universal no particular.

E esse movimento que estabelece relação entre particular, universal e singular, é estabelecido por um processo de mediação. Apesar, de ser necessário operar uma cisão no todo, enquanto recurso de delimitação e análise do campo de investigação para que seja possível pesquisá-lo é preciso compreender que no real nada é isolado. Nesse sentido emerge a necessidade segundo Kuenzer (1998, p. 65) “... de trabalhar com a categoria mediação, de tal modo a, cindindo o todo ao buscar a determinação mais simples do objeto de investigação, poder estudar o conjunto das relações que estabelece com os demais fenômenos da totalidade...”.

É nesse sentido, que ao debatermos os processos de trabalho presentes nas academias, concebemo-los como tendências gerais por expressarem no particular algumas manifestações do universal na mesma medida em que negam outras. Pois, ao mesmo tempo em que nenhum processo de trabalho é a representação exata do trabalho social na sua apreensão universal sob o capitalismo, é a compreensão do universal que possibilita conhecer os diversos

processos de trabalho particulares. Ou seja, compreender o universal para que seja possível analisar, por meio da mediação, detidamente o particular.

Além disso, essas categorias – singular, particular e universal – possibilitam-nos compreender a relação entre seres humanos e sociedade em um processo de mútua determinação.

Marx (2008, p.15) já nos alertava para essa questão ao afirmar que “os homens fazem sua própria história, mas não fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas como que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Isso significa dizer que o gênero humano ou seres humanos são entendidos não como indivíduos ou soma dos mesmos, mas como coletividade que não age de acordo com suas pretensões pessoais, mas sim, com base nas relações estabelecidas entre eles, enquanto gênero humano, historicamente acumuladas. Sabemos assim, que apesar do trabalho humano em suas diversas conformações históricas ser realizado pelos homens, enquanto coletividade, ocorre com base em determinações herdadas das gerações anteriores.

Isso possibilita-nos compreender que as mudanças contínuas no mundo do trabalho representam necessidades históricas de uma história feita pelos sujeitos, postas diante do modo atual de produção.

Para desenvolver a pesquisa partimos de elementos expressos pelo real, mediados pelo referencial teórico-metodológico apresentado, e, por outro lado, pelas publicações advindas das noções de mercado de trabalho, campo de trabalho e do mundo do trabalho, além de analisarmos um determinado campo empírico. O campo é formado pelas Revistas da *Fitness Business Latin América*, que representa a indústria do *fitness* e bem-estar na América Latina, a Revista da Associação de Brasileira de Academias (ACAD), que representa o segmento em âmbito nacional e as Revistas do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF). As revistas fichadas da *Fitness Business Latin América* vão do nº 24, edição de março/abril de 2006 até a edição nº 35 de janeiro/ fevereiro de 2008, o que corresponde a 12 revistas. As revistas fichadas da ACAD vão da edição nº 16 de setembro de 2003, até a edição nº 42 de janeiro/ fevereiro de 2007, o que

corresponde a 27 revistas. As revistas fichadas do CONFEF vão da edição nº 01 de dezembro de 2001, até a edição nº 32 de junho de 2009, o que corresponde a 32 revistas. O número de revistas fichadas foi definido pelas condições de acesso que tivemos a cada uma delas e nem todas as revistas fichadas foram utilizadas durante a pesquisa. Além disso, três Convenções Coletiva de Trabalho, dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, assinadas pelos sindicatos patronais do setor de *fitness* e bem-estar e pelo sindicato dos profissionais de educação física.

Trata-se, assim, de evidenciar não apenas o que dizem essas revistas e Convenções Coletivas de Trabalho, mas compreender essas manifestações na forma escrita com base na atividade real que de fato representam. Portanto, não reduzimos a pesquisa ao que afirmam as revistas e as entrevistas, mas antes buscamos compreender em movimento o desenvolvimento do real, utilizando as revistas e as Convenções Coletivas de Trabalho como suporte para nossa análise. Compreende-se que ao mesmo tempo que as revistas e as Convenções Coletivas de Trabalho não expressam a realidade em sua totalidade, externalizam elementos do real.

Desde o início do trabalho estabelecemos um diálogo com a produção do conhecimento que tematiza nosso objeto de pesquisa somando-se aos dados coletados por nós aos dados empíricos de outros pesquisadores.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro tratamos como ocorre o processo de mercantilização das práticas corporais circunscritas na fase monopolista do desenvolvimento capitalista. Identificamos a fusão entre empresas e a formação de franquias como mecanismos de fortalecimento e expansão da indústria do *fitness* e bem-estar. Porém, compreendemos esse processo como uma manifestação particular de um processo mais geral de mercantilização de serviços que anteriormente eram, em diferentes condições, garantidos pelo Estado, como saúde e educação e que agora se incorporam em ordem expansiva a forma essencialmente capitalista, ou seja, de produção de mais-valia e valorização do capital. Isso nos leva a uma caracterização conceitual sobre as

práticas corporais enquanto “trabalho em serviços” e/ou pertencente ao “setor de serviços”.

No segundo capítulo discutimos a gestão e organização dos processos de trabalho presentes na indústria do *fitness* e bem-estar, dentro de um quadro de heterogeneidade generalizada, no qual as empresas diante da concorrência intercapitalista buscam formas de gestão e organização do trabalho, ao mesmo em tempo que incluem novas tecnologias no processo de trabalho, que as possibilitem sobreviver enquanto empresas, mantendo suas taxas de lucro e valorizando o capital. Tal processo de concorrência que ocorre de forma desigual, faz com que alguns processos de trabalho constituam-se enquanto tendências gerais. A primeira tendência geral que encontramos presente na indústria do *fitness* e bem-estar é sua necessidade permanente de atrair e reter alunos/clientes. A segunda diz respeito à utilização do mecanismo de terceirização. A terceira tendência que identificamos trata-se da massificação das práticas corporais enquanto mercadorias, utilizando-se para isso da segmentação da oferta das mesmas. E o quarto trata da obsolescência planejada pela qual passam as práticas corporais, sendo renovadas e modificadas em sua superfície de forma cada vez mais rápida. Além disso, esse capítulo trata da unidade político-econômica da indústria do *fitness* e bem-estar, enquanto expressão de classe, apesar da concorrência intercapitalista, na busca de isenções fiscais e estímulos financeiros oferecidos pelo Estado.

No terceiro abordamos os processos de trabalho e as relações sociais de produção, sob o ponto de vista do antagonismo entre os proprietários dos meios de produção e a classe trabalhadora, em termos gerais. E em termos particulares, a luta antagônica entre os empresários da indústria do *fitness* e bem-estar e os trabalhadores das práticas corporais. Para isso apresentamos como ocorre o processo de compra e venda da força de trabalho na esfera da circulação e produção em que se opera a expropriação da mais-valia – absoluta e relativa – produzida no processo de trabalho. Além disso, apontamos como ocorre a transição de um processo de subsunção real do trabalho e formal da vida, no período em que predomina o modelo produtivo taylorista/fordista, para uma

subsunção real da vida social ao capital no atual padrão de acumulação capitalista. Por fim, apresentamos como se desenvolve o processo de extração de mais-valia relativa no setor de *fitness* e bem-estar através da introdução de equipamentos de base microeletrônica e mudanças na gestão e organização do trabalho e também o processo que gera a extração de mais-valia absoluta por meio da análise do estatuto salarial dos trabalhadores no setor de *fitness* e bem-estar e suas condições de trabalho.

## 1. MERCANTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS: CAPITAL MONOPOLISTA E TRABALHO EM SERVIÇOS

Ao ampliar a oferta privada de práticas corporais<sup>2</sup> – esportes, lutas, jogos, ginástica, brincadeiras, entre outras –, “novos campos” de atuação para o professor de educação física – academias, clubes, hotéis, parques, entre outros – apresentam-se como alternativa ao trabalho no magistério público, progressivamente precarizado, desvalorizado e secundarizado. O que tem sido, em muitos casos, tratado como a redenção da educação física, deve, porém, ser entendido nas circunstâncias sócio-históricas em que se configura. É preciso compreender essas mudanças na relação entre capital e trabalho e as conseqüências que isso traz para os trabalhadores de educação física que se dedicam a esses novos campos, assim como os trabalhadores das práticas corporais em geral.

O crescimento da oferta pela esfera privada, é de uma tendência que subordina e intensifica, em ordem expansiva, as práticas corporais à forma mercadoria. Para Marx (2006), mercadoria é algo destinado a satisfazer uma necessidade humana, do estômago à fantasia. Entretanto, tal compreensão constitui-se, apenas, em uma parte da elaboração da categoria marxiana mercadoria, ou seja, como um momento do processo de elaboração conceitual do

---

<sup>2</sup>Na linha adotada por este estudo, a educação física caracteriza-se como “*uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal*” (Soares et. al., 1992, p.50). Seguimos, portanto, a definição, segundo Valter Bracht (1992), de educação física no sentido restrito do termo, ou seja, aquela que abrange o conteúdo da cultura corporal no interior da escola. Foi desta forma que a educação física se legitimou historicamente. Já os temas ou conteúdos da cultura corporal – esporte, ginástica, dança, jogos, entre outros – também chamados, por Soares et. al. (idem.), de *atividades expressivas corporais*, ou simplesmente aqui tratadas como práticas corporais, não têm a mesma gênese, sob o ponto de vista histórico, e possuem, portanto, identidade diferenciada da educação física. Assim, as práticas corporais que ocorrem no meio não-escolar, efetivadas, pois, em academias, clubes, condomínios, espaços de lazer, das quais a atividade física é apenas uma de suas expressões, não são, para fins deste estudo, considerados como educação física. Ao contrário, várias manifestações corporais e culturais demandam de um trabalho multidisciplinar, em que o professor de educação física pode ou não se inserir (NOZAKI, 2004).

que Marx entende por mercadoria. A satisfação de tais necessidades só pode ser realizada através do trabalho enquanto uma interação entre homem e natureza. A satisfação de necessidades contínuas e que se ampliam mediante o processo de trabalho, desenrola uma divisão social do trabalho que em determinadas condições sociais assume características e formas distintas. Isso permite que, em certa medida, os seres sociais se dediquem a determinadas funções e/ou na produção de determinados utensílios que posteriormente são permutados entre produtores. Ou seja, todas as coisas não podem ser produzidas integralmente por um único ser humano. Dessa forma, as mercadorias substanciam-se em valor-de-uso (satisfazer alguma necessidade) e valor-de-troca (com intuito da permuta, balizada pelo tempo de trabalho contido nos utensílios). Esse processo de trabalho, enquanto condição necessária para a produção da existência do ser social, foi independente do modo de produção em que se realizou e realiza-se.

Porém, é preciso compreender esse processo de trabalho na sua conformação sócio-histórica. O que nos remete às diversas formas de trabalho concreto realizadas para produção de valores-de-uso, a fim de satisfazer necessidades humanas, que passam a ser, em última instância, determinadas, assim como as classes sociais, pela forma valor e pelas relações que possuem com os meios de produção.

Nas mais diversas formas de sociedades – escravocrata e feudal, por exemplo – em que certas classes sociais são detentoras dos meios de produção, configuram-se a possibilidade histórica de viver da exploração do trabalho dos despossuídos. Porém, no capitalismo, as mercadorias apresentam um duplo caráter, o de valor-de-uso e o de valor. Dessa forma, as qualidades dadas à mercadoria pelo trabalho concreto (valor-de-uso) são subsumidas pelo que possuem em comum com as demais mercadorias, ou seja, todas serem fruto do trabalho humano em geral, o trabalho abstrato (valor de troca). O processo de trabalho ganha, então, uma forma diversa. Subsume-se ao processo de valorização do capital. Os despossuídos de meios de produção, pela venda da sua força de trabalho para produção de mercadoria, possibilitam ao detentor dos meios de produção extrair sobre-trabalho na forma de mais-valia, que em

movimento valoriza continuamente o capital. Isso significa que no modo de produção capitalista não basta que as mercadorias satisfaçam uma necessidade, mas que, pelo processo de trabalho, gerem mais-valia e possibilitem a valorização constante do capital. Sendo assim, as mercadorias como valores-de-uso deixam de ser um fim para se tornar um meio de valorização do capital. Portanto, quando afirmamos que as práticas corporais vêm incorporando-se à forma mercadoria, não estamos falando dela na sua forma de valor-de-uso essencialmente, ou seja, de satisfação de uma necessidade, mais sim, na tendência de conformar-se enquanto mercadoria que gera mais-valia pelo processo de exploração do trabalho humano e, conseqüentemente, contribui para o processo de valorização do capital. Mercantilização das práticas corporais significa aqui, incorporação das mesmas ao processo de produção essencialmente capitalista.

Esse processo de mercantilização não é, evidentemente, exclusividade das práticas corporais. Mas antes atinge as mais variadas formas de trabalho, utensílios e serviços, que em outros momentos históricos não haviam sido incorporadas ao modo de produção essencialmente capitalista. Tal fenômeno ocorre justamente em uma determinada fase do desenvolvimento capitalista. Segundo Braverman (1977, p. 215),

os marxistas empregam diversos nomes para este novo estágio do capitalismo desde o seu aparecimento: *capitalismo financeiro*, *imperialismo*, *neocapitalismo*, *capitalismo recente*. Mas desde que se admitiu em geral que, como Lênin<sup>3</sup> declarou em um dos estudos pioneiros do assunto, “a quintessência econômica do imperialismo é o capitalismo monopolista”, foi esta última expressão a que se mostrou mais aceitável<sup>4</sup>.

Marx (2006), em *O Capital* já levantou elementos que substanciariam análises posteriores sobre as tendências do desenvolvimento capitalista. Entre as diversas tendências, encontramos duas que nos ajudam a compreender o

---

<sup>3</sup> O estudo pioneiro que Braverman destaca chama-se: “*Imperialismo: fase superior do capitalismo*”, escrito por Lênin em 1916. E nele Lênin (1991) define o imperialismo de acordo com cinco características fundamentais: 1) concentração da produção e do capital, atingindo um grau tão elevado que origina monopólios. 2) Fusão entre capital bancário e industrial. 3) Ocorre uma exportação não apenas de mercadorias, mas de capitais. 4) Fusão entre uniões internacionais monopolistas. 5) Partilha do mundo entre as maiores potências capitalistas.

<sup>4</sup> Apenas faremos uma breve caracterização da fase monopolista do capitalismo, por não ser a análise pormenorizada desse tema o objeto de nosso estudo.



significado de capitalismo monopolista. Uma delas diz respeito à lei geral de acumulação capitalista que dentre outras questões levantadas, aponta que a acumulação não ocorre apenas pelo aumento contínuo de meios de produção e do controle sobre o processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, pela expropriação de um capitalista pelo outro que gera a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes, o que conduz tendencialmente a criação de monopólios.

Porém o que para Marx era uma tendência converteu-se segundo Lênin (1991) no início do século passado em uma fase do capitalismo. O capitalismo monopolista passa a predominar diante do capitalismo concorrencial.

Um dos mecanismos utilizados para criação de monopólios são as fusões entre as empresas sejam elas voluntárias ou forçadas nas quais as pequenas empresas sucumbem diante das grandes.

Mesmo ocorrendo de forma ainda embrionária e frágil, se comparada às grandes indústrias produtoras de “bens”, podemos encontrar a fusão e certa tendência à monopolização no ramo das práticas corporais – especificamente na indústria do *fitness* e bem-estar<sup>5</sup> – também. Um exemplo mundial é a fusão entre a *Russian Fitness Group* (RFG) com a cadeia de academias *MaxiSportClass*, que se configura na maior fusão de academias na Europa Central e Leste sendo considerado segundo Olga Sloutsker, gerente da *Russian Fitness Group*, um acordo sem precedentes. Excede assim 40 unidades operando na Rússia e atendendo mais de 100 mil alunos/clientes. (REVISTA FITNESS BUSINESS LATIN AMÉRICA, 2007a).

Tal tendência pode ser encontrada no Brasil também. Apesar de não podermos afirmar que se constituam em monopólios ainda, a tendência à fusão e a consolidação de grandes empresas em âmbito nacional são evidentes. Um exemplo trata-se da fusão entre a *Academia Sport Club* e a *Body Tech*, formando a *A! Body Tech*, que com sua expansão pretende atender por volta de 25 mil alunos/clientes, após investimento de R\$ 18 milhões em novas três unidades no

---

<sup>5</sup> O conceito de indústria de *fitness* e bem-estar não se circunscreve somente às práticas corporais, mas inclui aparelhagem, roupas, suplementos alimentares entre outros. Porém, nossa delimitação do objeto nos conduz a focalizar nas práticas corporais.

Rio de Janeiro<sup>6</sup> (REVISTA FITNESS BUSINESS LATIN AMÉRICA, 2005). O que com investimentos de tal envergadura, a faz avançar sobre as empresas de pequeno porte, que acabam por encontrar maiores dificuldades para se manter e consolidar no mercado.

Outro aspecto que nos ajuda caracterizar o capital monopolista refere-se à criação do comércio exterior – exportação não apenas de mercadorias, mas de capitais também – ,como mecanismo contrariante à queda tendencial da taxa de lucro<sup>7</sup>, e como necessidade intrínseca do modo de produção capitalista, que colabora com a universalização do capitalismo e na conformação de um mercado mundial, sempre mais amplo<sup>8</sup>.

Nessa fase monopolista do modo de produção capitalista, o primeiro passo para criação de um mercado mundial e a universalização da forma essencialmente capitalista de produção está, segundo Braverman (1977, p. 239),

(...) na conquista de toda a produção de bens sob forma de mercadoria; (...) a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e o terceiro é o 'ciclo produtivo', que inventa novos produtos e serviços dos quais tornam-se indispensáveis à medida que as condições da vida moderna mudam (...).

É justamente na conversão crescente de serviços em mercadorias que encontramos o processo de mercantilização das práticas corporais. Ou seja, as práticas corporais enquanto serviços convertidos em mercadorias. Isso tem início na fase monopolista do modo de produção capitalista, em que diversas empresas de grande porte começam a enxergar, na educação, saúde, práticas corporais, entre outros, a possibilidade histórica e política de torná-las mercadoria, extrair mais-valia e conseqüentemente valorizar o capital.

---

<sup>6</sup> Esses objetivos traçados pela empresa foram alcançados e ampliados para outras cidades do país. Dados podem ser confirmado no site da academias [www.abodytech.com.br](http://www.abodytech.com.br).

<sup>7</sup> Nesse momento não será apresentado o conceito de queda tendencial da taxa de lucro, por não ser a discussão principal nesse momento. Essa explicação é apresentada mais adiante nas páginas 30 e 31 da dissertação.

<sup>8</sup> Marx e Engels (1998) explicam no Manifesto do Partido Comunista que uma das formas que o capitalismo e a burguesia lançam mão para vencer suas crises, é a conquista de novos mercados e exploração mais intensa dos antigos.

Em outro momento histórico, ainda no processo de formação da grande indústria, mesmo Marx (1979, p. 116) apontava para o fato de que os serviços constituíam-se, embora pudessem “(...) ser explorados de maneira diretamente capitalista (...)”, em grandezas insignificantes se comparada com a massa da produção capitalista. Isso quer dizer, que no período analisado por Marx os serviços não haviam ainda sido incorporados à forma essencialmente capitalista de produção, em que ocorre a extração de mais-valia e a acumulação de capital. Entretanto, na fase monopolista do desenvolvimento capitalista, encontramos um crescente processo de mercantilização, dos mais variados serviços, dos quais também identificamos as práticas corporais.

Porém, mesmo na fase monopolista do capitalismo, deparamo-nos com momentos históricos – na vigência do Estado de bem-estar social – em que a mercantilização dos serviços ocorria de forma incipiente com relação aos “bens materiais” e ao momento atual da fase monopolista.

Durante o período do Estado de Bem-Estar-Social, solidificado essencialmente na Europa, tinha-se a compreensão de que o mercado não era capaz de regular sozinho os problemas do (des)emprego, das crises, e das quedas no desenvolvimento econômico. E por esse motivo era necessária a intervenção regulatória do Estado, garantindo, os chamados direitos sociais, tais como educação, saúde, lazer, as próprias práticas corporais, previdência social, entre outros, desonerando o capital desses gastos. O capital concede alguns direitos por questões históricas e políticas, disseminando assim a falsa idéia de que dessa forma o capitalismo havia encontrado sua fase ideal (FRIGOTTO, 1996; ANTUNES, 2003). Pode-se dizer que nesse período histórico, mesmo que sob a fase monopolista do capitalismo, diversos serviços foram garantidos, em diferentes condições, pelo Estado, o que freava sua tendência à mercantilização.

Todavia, essa forma de organizar o modo de produção capitalista acaba o impedindo de ampliar-se e expandir-se, gerando uma crise (ANTUNES, 2007). Isso ocorre, dentre outros motivos pela crise fiscal enfrentada pelos Estados, que os impossibilitaram de manter suas políticas sociais, e uma queda tendencial em suas taxas de lucro (ANTUNES, 2003). Um dos mecanismos tomados, como

afirma Antunes (2007), para o modo de produção capitalista retomar seu ciclo reprodutivo e recompor-se como projeto de dominação societal, e retomar seus níveis de crescimento, foi a incorporação dos serviços em geral, anteriormente fornecidos pelo Estado, no processo de geração de mais-valia e de valorização do capital. Isso garantiu a universalização de tal prática, inclusive gerando empresas especializadas em mercantilizar as práticas corporais.

Um dado que nos ajuda a identificar o crescimento da mercantilização das práticas corporais em nível mundial, são os indicadores referentes ao setor de *fitness* e bem-estar, que é liderado pelos Estados Unidos (EUA). Nos EUA já existem 23000 *health and sportclubs* (clubes de esporte e saúde) que somam um faturamento de 12,2 bilhões/ano de dólares. Logo em seguida vem Inglaterra que possui um faturamento perto de US\$ 2,4 bilhões/ ano, e da Alemanha que apresenta índices parecidos. E o Brasil posicionando-se em quarto lugar, contabilizando em 2005, 20000 academias<sup>9</sup> e um faturamento de US\$ de 1,2 bilhões/ano, apresentando números próximos aos EUA com relação ao número de academias e um faturamento inferior, por existir um grande número de academias de pequeno porte (BERTEVELLO, 2005; COSTA, 2005). O crescimento de academias do segmento de *fitness* e bem-estar têm atingido inclusive o Afeganistão – país que mesmo possuindo fortes restrições à cultura ocidental e ao comportamento que as mulheres devem desprender perante a sociedade – que atualmente conta com academias que atendem cerca de 700 mulheres (FITNESS BUSINESS LATIN AMÉRICA, 2006a).

Outro elemento, que não diz respeito apenas à universalização das práticas corporais enquanto mercadorias, é a mundialização de marcas de grandes empresas que vendem programas de aulas de algumas práticas corporais, para academias, pelo mecanismo de franquia<sup>10</sup>. Um dos casos é o da empresa *Les*

---

<sup>9</sup> É importante observar os números do crescimento desse setor no Brasil. Em 1970, em uma fase, mesmo que desigual e diversa com relação aos países Europeus, em que o processo de mercantilização das práticas corporais era ainda muitíssimo insipiente, o número de academias era de 1000 unidades. Chegando a 7.102 em 2000, e em 20000 em 2005 (COSTA, 2005).

<sup>10</sup> “Uma franquia empresarial é um sistema pelo qual um franqueador sede ao franqueado o direito de uso da marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços e, eventualmente também ao direito de uso de tecnologia de implantação e

*Mills*, fundada em 1997 por um neozelandês, que no final de 2006 superou a marca de 10 mil academias no mundo que atendem seus alunos/clientes com os programas de treinamento e condicionamento físico baseado em aulas de ginástica pré-coreografadas. O Brasil é líder de licenciamentos dessa marca, que possui por volta de 2000 mil academias, comandado aqui no país pela empresa *Body Systems* (FITNESS BUSINESS LATIN AMÉRICA, 2006a). Outro exemplo que podemos apresentar que segue esse mesmo mecanismo é o da *Curves*, academia destinada a atender apenas o público feminino, e que possui um crescimento, por meio da criação de franquias, de em média 200 novas unidades por mês. Possuindo mais de 11500 unidades espalhadas em mais de 44 países, está também, presente no Brasil com mais de 126 unidades distribuídas pelos estados da federação (FITNESS BUSINESS LATIN AMÉRICA, 2007a).

Esses dados nos permitem indicar um crescimento na privatização do setor de serviços relacionados às práticas corporais, serviços que anteriormente eram “garantidos” pelo Estado, passam tendencialmente a serem incorporados à lógica essencialmente capitalista, ou seja, de produção de mais-valia e conseqüente valorização do capital, no qual as práticas corporais são prioritariamente representadas pelo segmento de *fitness* e bem-estar. Surge, portanto, a necessidade de definirmos como entendemos o “setor produtor de serviços” e o que o diferencia do “setor produtor de bens”.

O debate referente ao conceito de “serviços”, “setor de serviços” e/ou “trabalho em serviços” tem gerado diversas reflexões e análises a partir da década de 1970, por parte de inúmeros autores das mais diversas correntes teóricas e dos mais distintos campos de estudo, seja na sociologia do trabalho ou na educação. Mesmo dentro dos autores que se filiam à tradição marxista, não existe consenso. Trata-se de um debate aberto. Por esse motivo, nossa intenção em discutir tal tema não diz respeito a uma tentativa de solucionar ou chegar a conclusões que pretendam resolver a questão. Longe disso. Entretanto, compreendemos ser

---

administração do negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador mediante a remuneração direta ou indireta” (BRASIL, 2005, p. 18). Isso permite a empresa vender a sua marca, aumentar seus lucros, sem direta e necessariamente investir dinheiro e capital.

imprescindível, na discussão que propomos aqui – a compreensão do processo de mercantilização das práticas corporais e as metamorfoses do trabalho, focando a análise na indústria do *fitness* e bem-estar – apontarmos como conceituamos “serviços”, “setor de serviços” e/ou “trabalho em serviços”, para situarmos nesse contexto as práticas corporais e o trabalho com práticas corporais na contemporaneidade.

O conceito de “serviços”, “setor de serviços” e/ou “trabalho em serviços” tem sido definido muitas vezes como setor terciário da economia, não se encaixando nem na indústria de extração e agricultura, setor primário, e nem na indústria de transformação, setor secundário (POCHMANN, 2001), ou ainda como algo que não se acomoda no que seria chamado de trabalho industrial. Tais termos têm sido também utilizado por autores no campo da educação física (GAWRYSZEWSKI, 2008; QUELHAS, 2008) que buscam discutir a relação entre os “serviços”, “setor de serviços” e/ou “trabalho em serviços” com as práticas corporais e o trabalho em educação física. Ou ainda, definidos por aspectos que os “setores de serviços” e/ou “trabalho em serviços” teriam em comum, como sua improdutividade (OFFE, 1991) ou sua imaterialidade (LAZZAROTO & NEGRI, 2001). Tais aspetos estariam ligados à localização dos “serviços” e/ou “trabalho em serviços” nas relações sociais de produção capitalista e a sua natureza dentro do processo de trabalho.

Parece-nos que tais definições abordam a questão observando apenas um momento do processo de conformação do que seria o “setor de serviços”, “trabalho em serviços” e captando o conceito de forma parcial, colocando-nos o desafio de apreendê-lo em seu movimento, haja vista, que seu objeto – “setor de serviços”, “trabalho em serviços” – não pode, em nosso entendimento, ser compreendido de forma estática.

Iasi (2007a, p. 106), ao tratar da forma como Marx trabalha os conceitos, aborda que a dialética

(...) não se reduz ao movimento que quer captar o fenômeno, mas que tal dialética se expressa no movimento dos próprios conceitos, de forma que eles se referem a momentos de aproximação e aprofundamento da análise que parte da aparência até a essência, da essência menos profunda até a

mais profunda, por vezes de volta à aparência carregando conteúdos conquistados até então.

O que poderia levar a confundir – se observado e analisado sem cuidado – as aproximações iniciais com o conceito definitivo de determinado aspecto ou coisa a ser estudada. Para buscar evitar isso, parece-nos pertinente buscar captar o “setor de serviços” e/ou “trabalho em serviços” vislumbrando a totalidade, entendendo-o em suas inter-relações e determinações, que possibilitem estabelecer diálogo com as diversas expressões particulares a partir de situações singulares concretas (relação entre singular, particular e universal).

Partir, portanto, das diversas formas concretas do “setor de serviços” e/ou “trabalho em serviços” para depois generalizá-las, mas sim, da sua totalidade, do que possibilita universalizá-la, ou seja, compreender essas formas em sua particularidade, no sentido de estabelecer mediações entre o singular e o universal. Assim, o que permite universalizá-la é o fato de ser fruto e expressão singular do trabalho humano, mas não somente do trabalho na sua forma genérica, mas, fundamentalmente, na sua forma histórica, subsumido às relações sociais de produção capitalista.

Dito isto, vamos ao trabalho com os conceitos. Como vimos anteriormente, uma das características que definiriam o “setor de serviços” e/ou o “trabalho em serviços” seria a sua improdutividade. Para Offe (1991, p. 18), os “trabalhos em serviços” “... são efetuados para a manutenção físico-técnico da produção, e não *enquanto* produção”, e portanto, devem ser entendidos como improdutivos. Se seguissemos a caracterização conceitual feita por Offe, estaríamos impossibilitados de defender o que estamos afirmando desde o início do capítulo, ou seja, que os “serviços”, no nosso caso, relacionados às práticas corporais, estão sofrendo um processo de mercantilização, ou seja, transformando-se em trabalho produtivo. Pois aquele autor coloca os “serviços” fora da esfera de produção. Entendemos a questão de uma forma diversa. Compreendemos que para definir se determinado “serviço” é produtivo ou improdutivo, é preciso compreender que relação social estabelece com o processo de produção

capitalista, e não se pautar por ser esse ou aquele tipo de trabalho concreto. Assim, como aborda Marx (2009, p. 578),

a produção capitalista (...) é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve a auto-expansão do capital (...) O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia.

Isso significa dizer que sob o modo de produção capitalista, como afirma Tumolo (2008, p. 166-167), não importa “(...) se se trata de uma empresa agrícola, fabril ou uma empresa escolar, se a mercadoria produzida é soja, robô ou ensino”, ou, como aponta Marx (2009, p. 578), se o dinheiro do capitalista é investido “(...) numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação”. Pois o que define se determinado “serviço”, enquanto trabalho humano subsumido à forma capitalista de organizar a sociedade, é produtivo, é o fato de produzir mais-valia e servir ao processo de valorização do capital. Não sendo, portanto, definido pelos aspectos concretos do trabalho ou das características da mercadoria que foi produzida.

Outra caracterização conceitual do que seriam os “serviços” ou “trabalho em serviços” diz respeito a sua “imaterialidade” (LAZZAROTO & NEGRI, 2001). Baseia-se no fato de que o resultado de determinados trabalhos concretos não seriam produtos “tocáveis”. A produção de um vestido, por exemplo, teria como resultado um produto “material” enquanto que uma aula de ginástica teria como resultado algo “não-material”, intocável. Poder-se-ia afirmar, que de fato são mais visíveis e tocáveis os resultados de um processo de trabalho que produz um vestido e menos visíveis e tocáveis os resultados do processo de trabalho em que é ensinada/transmitida/socializada determinada técnica corporal, no caso a ginástica. Porém, o conceito de “material”, tal como expresso, parece não ajudar, muito por tornar um tanto quanto obscura a objetividade existente tanto nos processos de trabalho que geram produtos materiais ou não-materiais.



Entendemos que a própria separação entre o que é material e imaterial constitui-se com certa dificuldade na aplicação dessa categorização. Tal separação, em nosso entendimento, pode permitir o enfraquecimento da compreensão de que relações sociais, e resultado de tais relações, possuem objetividade.

Queremos afirmar com isso que o resultado do trabalho de um professor de educação física que ensina ginástica tem repercussões objetivas. As técnicas corporais, ensinadas/transmitidas/socializadas pelo professor acrescenta um conhecimento que anteriormente, talvez, o aluno não possuísse e, além disso, ensina/transmite/socializa valores, idéias, visões de mundo que irão modificar a forma de seu aluno se relacionar na sociedade. E isso possui objetividade.

Ainda, se fossemos aprofundar a questão, mesmo sob a base de que existem trabalhos e resultados de trabalho “não-materiais”, poder-se-ia apontar que os resultados finais de uma aula de ginástica provocam alterações fisiológicas no corpo dos alunos, como suor, cansaço, aceleração dos batimentos cardíacos, que são bastante visíveis e podem ser duráveis no tempo.

Portanto, tentar definir “serviços” e/ou “trabalho em serviços” pela sua imaterialidade, não nos ajuda a compreender de fato, a realidade, haja vista, que até mesmo em uma aula de ginástica teríamos resultados supostamente “menos materiais” – conhecimento de técnicas corporais e de valores, visões de mundo – e outros “mais materiais” – suor, cansaço, aumento dos batimentos cardíacos, condicionamento físico, hipertrofia, redução de massa corporal, etc – que provocam alterações na composição morfo-fisiológicas dos alunos. Ou seja, o trabalho de um operário em uma fábrica ou de um professor em uma academia possui como resultado determinações objetivas seja na forma de um produto – vestido – seja na forma de relações sociais – aula de ginástica – satisfazendo necessidades humanas de forma genérica e valorizando o capital na sua forma histórica.

Se dessas formas apresentadas, em nosso entendimento, não é recomendável definir os “serviços” e/ou “trabalho em serviços”, como poderíamos conceituá-los? Marx (1979, p.118) irá pontuar que “serviço é em geral mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este

não é útil como coisa, mas como atividade”. Ou seja, o resultado do “trabalho em serviço” são “atos” e não “objetos”. Processo e produto neste caso estão entrelaçados. O processo de realização de determinado serviço é ao mesmo tempo seu resultado. Trata-se, portanto, do dinamismo do trabalho em movimento que faz com que processo e produto façam parte de uma unidade dialética. E mesmo seu produto não sendo “tocável”, pode ser constituído de objetividade. No caso do professor de ginástica, temos como resultado de seu trabalho a atividade, ato de ensinar/transmitir/socializar determinadas técnicas corporais, valores, noções de mundo. Esse seria o primeiro aspecto que definiria os “serviços” e/ou o “trabalho em serviços”: ter, como resultado do processo de produção, uma atividade.

Outro ponto a ser considerado, segundo Braverman (1977) é que nesse tipo de trabalho, produção e consumo são simultâneos. O que quer dizer que quem irá consumir, o faz, no mesmo tempo e espaço que ocorre a produção. Na aula de ginástica ao mesmo tempo e espaço que existe a produção da aula – ensinamento de técnicas corporais, valores, visões de mundo –, ocorre o consumo por parte dos alunos que executam as técnicas corporais e absorvem, em diferentes medidas, os valores e visões de mundo ensinadas/socializadas/transmitidas. Diferentemente, por exemplo, do vestido que é produzido e que somente em outro local e momento será consumido.

Esses seriam os aspectos que em nosso entendimento poderiam ser definidos os “serviços” e/ou “trabalho em serviços”. Dessa forma o “trabalho em serviços”, do ponto de vista geral, e o trabalho com práticas corporais, do ponto de vista específico, teria como resultado da produção uma atividade, um “ato”, e seu consumo ocorreria ao mesmo tempo em que é produzido. Assim, situamos o trabalho com as diversas práticas corporais como um serviço, que tem durante a fase monopolista do capitalismo se mercantilizado, ou seja, incorporado ao processo de produção de mais-valia e de valorização do capital.

## **2. MERCANTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS: CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA E GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO**

Como vimos no capítulo anterior, em uma determinada fase do desenvolvimento do capitalismo monopolista, o Estado, principalmente nos países Europeus, cumpriu, em diferentes condições, a função de garantir direitos sociais mínimos como saúde, educação, assistência social, práticas corporais, entre outros, com vistas a eximir o Capital desses gastos e frear a tendência de expansão do movimento Socialista. Porém, tal forma de organizar o modo de produção capitalista leva-o a uma crise. Tal crise é marcada por uma crise fiscal que impossibilitou os Estados de continuarem mantendo as políticas sociais como antes e por uma queda tendencial na taxa de lucro dos capitalistas. Tais questões freiam o ciclo reprodutivo do capital, obrigando-o a tomar algumas medidas para retomar seus níveis de crescimento e recompor-se enquanto forma de organização da sociedade. Como vimos, uma dessas medidas foi a incorporação desses direitos sociais, enquanto serviços, à forma essencialmente capitalista de produção, ou seja, produção de mais-valia e valorização do capital, na qual incluímos as práticas corporais, dentre elas, o segmento de *fitness* e bem-estar.

Entretanto, essa medida não foi à única. Outra que consideramos importante para retomada de crescimento do capitalismo e de suas taxas de lucro, foi o processo de reestruturação produtiva marcado pela introdução de novas tecnologias e formas de gestão e organização do trabalho, pelo qual passaram os mais diversos ramos de produção, das mais diferentes formas e nos mais variados países. Ou, como afirma Antunes (2007, p. 50),

as mudanças em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação. E é nesse sentido que o processo de acumulação flexível (...) bem como as distintas manifestações do toyotismo ou o modelo japonês, devem ser objeto de reflexão crítica.

As atuais formas de organização do trabalho pela introdução de novas tecnologias e métodos de organização e gestão, definidas pelo autor como

acumulação flexível, toyotismo ou modelo japonês, servem não apenas para superar, o que não significa dizer eliminar, os modelos anteriores – keynesianismo, fordismo – mas, sobretudo, manifestar-se como resposta histórica à crise de acumulação do capital, gestada no processo de falência dos Estados de Bem Estar Social e das tentativas desenvolvimentistas<sup>11</sup>, no sentido de retomar o ciclo reprodutivo do capital.

Porém, é necessário compreender que a incorporação de novas tecnologias e formas de gestão e organização do trabalho pelas empresas capitalistas, dos mais variados ramos de produção, não ocorre de forma homogênea. Mas pelo contrário. Os diversos aspetos que conformam os atuais processos de trabalho são marcados, segundo Ferreti et. al. (1994), por uma enorme heterogeneidade de situações, ou ainda, como afirma Tumolo (2001), por uma “heterogeneidade generalizada”.

A reestruturação produtiva ocorre, portanto, em um quadro de “heterogeneidade generalizada”, pois como sugere Tumolo (2001) as empresas capitalistas têm procurado implementar os mais variados processos de trabalho, inclusive mesclando características dos diversos “modelos produtivos”, de acordo com características conjunturais – situação do país ou região onde estão instaladas, perfil da força de trabalho, história das lutas e formas de organização dos trabalhadores etc. – a fim de encontrar a combinação mais adequada para manter ou ampliar suas taxas de lucro, permanecendo vivas enquanto empresas capitalistas. Isso nos leva a concluir que a unidade entre os diversos processos de trabalho está no fato de estarem subordinados à produção de mais-valia e ao processo de valorização do capital, mas que em sua concretude pode variar em muitos aspectos.

Até dentro de um mesmo ramo empresarial, no nosso caso o *fitness* e bem-estar, é possível encontrar uma diversidade de processos de trabalho. Elemento que constatamos ao verificar a variedade de academias existentes no Brasil.

---

<sup>11</sup> O Brasil não chegou a atingir um Estado de Bem Estar Social, como os países do capitalismo central, principalmente da Europa. No Brasil, o que se viveu foi um desenvolvimentismo econômico, em que alguns princípios do Estado de Bem Estar Social foram absorvidos.

Em uma proposta de classificação tipológica das academias brasileiras, Bertevello (2005) propõe que existam cinco tamanhos e modelos de academias. O autor classifica de micro empresa, que comporta até 10 funcionários entre professores de educação física, de limpeza, atendimento e manutenção. Possui um investimento inicial de até 50 mil reais, sem contar com a compra do imóvel, atendendo por volta de 150 alunos/clientes e ofertando apenas um serviço (exemplo: musculação). O segundo, o autor define como pequena empresa que possui por volta de 12 professores de educação física e 6 funcionários, com investimento de 150 mil reais sem compra de imóveis, contando com 350 alunos/clientes, oferecendo de um a dois serviços (exemplo: musculação e ginástica). A terceira forma de academia é a média empresa que opera com até 15 professores de educação física, podendo ter outros contratados como *personal trainer* e até 12 outros empregados. Possui um investimento de até 650 mil reais, sem compra do imóvel, com um número médio de 500 freqüentadores e uma oferta de no mínimo três serviços, sendo os mais comuns: musculação, natação e ginástica. O quarto tipo de academia é classificado como grande empresa, que opera em média com 60 funcionários nas mais diversas funções. Comporta um investimento de até 1,2 milhões de reais, sem compra do imóvel, e atende em média 900 alunos/clientes oferecendo uma diversidade de serviços como lutas, natação, musculação, ginástica entre outros. O quinto e último é definido como mega empresa, contando com 120 ou mais funcionários nas mais diversas funções. Apresenta um investimento acima de 2,5 milhões, sem compra do imóvel, comportando por volta de 2.500 freqüentadores, oferecendo os mesmos serviços de uma grande empresa, mas agregando serviços de esportes radicais, escaladas, ou até mesmo, massagem, meditação entre outros.

Tal apresentação tipológica das academias, como qualquer classificação, carrega em si limitações e o risco de contemplar de forma parcial o que realmente conforma o quadro de academias existentes no Brasil. Todavia, a intenção com essa tipologia não é o de classificar as academias, mas, simplesmente, utilizá-la tal para apresentar a diversidade de empresas no segmento de *fitness* e bem-estar e assim desenvolver uma reflexão sobre a heterogeneidade de processos de

trabalho que se consubstanciam a partir da variedade dessas empresas. É evidente que empresas que aplicam 50 mil reais em capital constante – máquinas, instalações – possuem um baixo grau tecnológico em seus equipamentos e conforma métodos, de gestão e organização do trabalho, distintos das empresas que investem 2,5 milhões ou mais.

Entretanto, a heterogeneidade não se expressa apenas como diferença entre as empresas, mas substancialmente como desigualdade. Marx (2006) demonstra que o modo de produção capitalista é obrigado a lidar com duas contradições básicas, dentre outras. A primeira seria, para o autor, a luta antagônica entre a classe proprietária – os capitalistas – e a classe não proprietária – a classe trabalhadora, e a segunda, a concorrência intercapitalista. Tentaremos aqui esboçar em síntese como se desenvolve essa segunda contradição, pois isso nos auxilia a compreender essa heterogeneidade que ocorre nos processo de trabalho no mundo do *fitness* e bem-estar.

Marx (2006) explica em sua obra que a fonte do valor está no trabalho e, portanto, da mais-valia e do lucro. O que nos leva a deduzir que a diminuição ou aumento da força de trabalho empregada pelo capitalista desenvolverá de forma proporcional uma redução ou crescimento do valor gerado pela força de trabalho. Ou seja, um trabalhador a menos empregado por dia significa dizer um valor menor produzido diariamente, principalmente na fração que corresponde à mais-valia. O que seria claramente oposto aos interesses do capitalista. Porém, por causa da concorrência, cada capitalista individual na luta pela sobrevivência é obrigado a reduzir continuamente o valor unitário das mercadorias das quais é proprietário e que pretende vender. Para que isso ocorra é obrigado a aumentar a produtividade, que é conquistada por meio de mudanças no processo de trabalho, em que ocorre um investimento proporcionalmente maior em capital constante – máquinas, instalações – do que em capital variável – força de trabalho. O capitalista individual que for capaz de reduzir o valor unitário das mercadorias, antes dos demais capitalistas individuais, terá uma vantagem na concorrência de mercado, permitindo-lhe extrair uma mais-valia extraordinária e por consequência um lucro extra. Tal vantagem encerra-se no momento que os demais capitalistas

individuais também implementem mudanças que levem à redução do valor unitário de seus produtos e assim também diminuam de forma generalizada o valor unitário das mercadorias. Ou seja, esse ciclo que se repete, continuamente, por um lado, leva os capitalistas individuais a resolverem seus problemas perante a concorrência, mas por outro lado, esse processo leva a uma queda gradual na taxa de lucro dos capitalistas, o que acaba por desembocar em crises que colocam em cheque o potencial de expansão do sistema.

De forma particular, tais contradições do modo de produção capitalista, estão presentes, em maior ou menor proporção, também no segmento de *fitness* e bem-estar. Observamos aqui que a contradição referente à concorrência intercapitalista dentro do segmento de *fitness* e bem-estar empurra as empresas a inovarem permanentemente seus processos de trabalho, que são bastante heterogêneos, a fim de sobreviverem enquanto empresas, no sentido de manter suas taxas de lucro ou ampliá-las. Contudo, como apontado anteriormente, as empresas que possuem uma maior capacidade de investimento certamente terão, diante dos concorrentes menores, diversas vantagens. Pois, quanto maior o seu porte, maior sua capacidade de fusionar-se com outras grandes empresas, de consolidar enquanto franqueadora, de obter maiores créditos para continuar investindo e inovar de forma mais avançada seus processos de trabalho. O que leva, tendencialmente, em médio ou longo prazo, os pequenos empreendimentos sucumbirem perante os grandes.

Um dos exemplos concretos que podemos observar é o avanço das academias de grande porte sobre as de tamanho pequeno. Isso pode ser aferido na entrevista concedida pelo diretor geral da *Cia Athletica* à revista da ACAD (2005). Nessa (idem.), explica a criação da *Cia Express*, uma nova rede de academias pertencente à *Cia Athletica*, que possui o objetivo de

... suprir necessidades como atuação em bairros onde não há espaço físico para comportar mega-academias. Também foi a solução encontrada para que pudéssemos operar em cidades de menor porte e com forte demanda, mas com tíquete médio inferior. Optamos pela criação de uma nova bandeira porque vínhamos recebendo propostas interessantes, mas incompatíveis para a instalação de uma *Cia Athletica*. Com isso, podemos

oferecer academias menores e mais adequadas ao mercado onde estão inseridas, sem descaracterizar a marca. (p. 31)

Isso implica na situação de que academias de pequeno porte, muitas vezes de conformação familiar, concorrem com academias do mesmo tamanho – que atendem às expectativas de alunos/clientes de bairros e de cidades pequenas –, porém, essas últimas, com ligação e pertencentes a grandes grupos empresariais no ramo do *fitness* e bem-estar. Justamente por isso, podem oferecer, mesmo que em pequenos espaços, equipamentos de tecnologia superior, métodos de gestão e organização do trabalho mais eficientes e eficazes, preços proporcionais nas mensalidades, e uma diversidade de aulas superior às academias de pequeno porte de propriedade familiar, por exemplo. O que leva tendencialmente as pequenas academias, situadas apenas nos bairros ou em pequenas cidades a tombarem diante da forte concorrência imposta pela grande indústria do *fitness* e bem-estar.

Outro exemplo que podemos observar em relação à vantagem das mega empresas perante as pequenas, é encontrado na *Revista Fitness Business Latin América* (2006b, p. 64), periódico da indústria do *fitness* e bem-estar, que apresenta a seguinte contradição, em uma de suas matérias: “Consertar ou Comprar outro?”, referindo-se ao momento exato de adquirir novos equipamentos e aparelhos para a academia. Ao longo da matéria, Mario Jussiani, diretor da academia *New Fitness*, afirma que os equipamentos devem ser trocados de acordo com duas questões. A primeira diz respeito à vida útil do produto, ou seja, quando o desgaste no equipamento começa a gerar custos de manutenção desproporcionais ao seu valor como ativo. E o segundo, quando não atende às necessidades do aluno/cliente. Porém, alerta que, “embora alguns equipamentos possam estar em boas condições, um mercado agressivo como o *Fitness* é necessário que a academia esteja sempre atualizada”.

Mais adiante na seqüência da mesma matéria, existe uma chamada intitulada “Novidade, sempre”. O entrevistado aborda que os alunos/clientes das academias são expostos a novidades e a novos equipamentos permanentemente, exigindo sempre o que há de mais avançado, e que, portanto, o momento



adequado para comprar um novo equipamento é a hora que o investimento retornar. Ou seja, a necessidade de retomar o dinheiro aplicado na academia para reinvesti-lo, apresenta-se como uma urgência permanente à sobrevivência do empreendimento. Quem não tiver capacidade de investimento terá dificuldade perante a concorrência.

Já na edição nº 34, a *Revista Fitness Business Latin América* (2007b, p. 46) apresenta em uma de suas matérias uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Academias (ACAD) sobre o perfil dos alunos/clientes das academias do Rio de Janeiro (RJ) e do Rio Grande do Sul (RS), e constata que o aspecto mais importante para os alunos/clientes entrevistados é a aparelhagem que a academia possui. Isso significa dizer que aparelhos apresentam-se enquanto um elemento importante no processo de concorrência entre as empresas, demonstrando que as academias que possuem maior capacidade de investimento são portadoras de vantagem com relação aos concorrentes, que por terem baixo recurso financeiro são obrigados a trabalharem com equipamentos obsoletos. Isso toma uma dimensão maior quando os alunos/clientes apontam ser esse o elemento que mais levam em conta na hora de escolher uma academia.

Na seqüência da reportagem, o gerente de marketing da ACAD, com base na pesquisa, aponta que (idem. p. 46):

Apesar de a pesquisa da ACAD mostrar que os freqüentadores têm uma maior conscientização sobre o benefício da prática de atividades físicas e o papel que a academia desempenha, nesse sentido, o gerente da associação é categórico: há espaço apenas para aqueles que investirem constantemente. Analisando o mercado do RJ, posso dizer que o momento é delicado. Dois dos principais bairros da cidade, Ipanema e Tijuca, tiveram respectivamente cerca de 14 e 10 academias que fecharam nos últimos 24 meses. Todo mês recebemos, na ACAD Brasil, informações de academias que fecharam e estão desesperadamente tentando comercializar todos os seus produtos para academias interessadas, muitas vezes liquidando tudo. Para permanecer vivo, é necessário estar constantemente em busca de melhorias (...).

Estas evidências indicam a tendência geral de que as empresas, pela necessidade de manterem suas taxas de lucro e sobreviverem perante a concorrência, são obrigadas a inovarem permanentemente, introduzindo novas tecnologias e formas de gestão e organização do trabalho, que se apresentam de

forma heterogênea nos diversos processos de trabalho. Entretanto, entendemos serem portadoras de maior aptidão em inovar as empresas capazes de investir mais, seja em novos equipamentos, como nos casos citados acima, novas seções da empresa, em formas mais eficientes de gestão e organização, possibilitando-a também obter retorno mais rápido do que foi investido, e progredir no seu ciclo de crescimento. Esse processo acaba por comprometer a existência das academias com menor capacidade de investimento, e, por conseguinte inovação, conforme exemplificado pelo diretor de marketing da ACAD, que relata a falência de diversas academias em bairros tradicionais do Rio de Janeiro.

Isso, porém, não significa dizer que não possam existir pequenas academias sobrevivendo ao lado de grandes academias. Até porque, se formos levar em conta a pesquisa realizada em 2001 pela ACAD, segundo Kasznar & Graça Filho apud Mascarenhas (2007), veremos que nesse período 94% das academias existentes no país eram de pequeno porte, mas com um faturamento total muito inferior a uma única grande academia. O que apresentamos, portanto, são tendências gerais, não sendo possível transpô-las mecanicamente a situações concretas. O encontro de tais tendências em casos singulares, como no exemplo que esboçamos, deve-se ao fato de que as próprias tendências gerais são elaboradas com base em manifestações concretas do real, a partir das quais são sistematizadas através de processos de abstrações sucessivas (GERMER, 2003).

Na seqüência, iremos apontar em linhas gerais alguns processos de trabalho tendencialmente adotados pelas academias, e expressos como forma eficientes e eficazes de gestão e organização do trabalho de acordo com a ACAD e a *Fitness Bussines Latin América*, entidades organizadoras e representativas da indústria do *fitness* e bem-estar no Brasil e na América Latina. É preciso levar em conta que se formos estudar especificamente cada processo de trabalho concreto existente, iremos nos deparar, como já estamos afirmando, com características e elementos que vão além das definições gerais. Portanto, mesmo sendo processos de trabalho adotados amplamente pelas empresas que comandam o segmento de *fitness* bem-estar e recomendado pelas entidades que representam o setor, é possível conceber apenas como tendências gerais.

## 2.1 CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA E GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO: ATRAÇÃO E RETENÇÃO

O primeiro elemento identificado, que parece atingir de forma generalizada o segmento de *fitness* e bem-estar, diz respeito a sua necessidade permanente de atrair e/ou reter alunos/clientes. A mais-valia produzida pelo trabalho do professor de educação física em forma de aulas só será realizada caso ocorra o consumo pelos alunos/clientes, do contrário, os rendimentos da empresa ficam comprometidos. Sendo assim, torna-se imperativo que as academias busquem atrair o maior número de alunos/clientes possível. Em matéria publicada na revista nº 18 da ACAD (2004a), consta-se que apenas 2% da população brasileira está matriculada em academias. Além disso, aponta, com base em pesquisa realizada pelo Instituto *Worldwatch* de Washington, que existem no Brasil cerca de 57,8 milhões de pessoas com renda mensal de R\$ 1,6 mil, o que as tornariam potenciais alunos/clientes. Torna-se um desafio para as academias atraí-las e aumentar o número de consumidores de práticas corporais.

Mas atrair esse público parece não ser suficiente para as academias. Torna-se necessário que alunos/clientes conquistados permaneçam consumindo as práticas corporais oferecidas. O que tem demonstrado-se uma difícil tarefa para as academias. Segundo pesquisa realizada pela Faculdade de Educação Física da Universidade de São Paulo (USP), citada em matéria da Revista da Folha apud Mascarenhas (2007), intitulada “Tédio, suor e calorias”, a maioria dos alunos/clientes do mercado do *fitness* e bem-estar são representados pelo que chamam de aluno/cliente “ioio”, ou seja, aquele que vai e volta. A pesquisa revela que pelo menos 82% dos alunos/clientes das academias já desistiram pelo menos uma vez de praticar exercícios, além da taxa de rotatividade desses estabelecimentos ser de 50% (MASCARENHAS et. al., 2007).

Parece-nos que esses dois elementos – atrair e reter alunos/clientes – consubstanciam o foco central das academias. Para que isso ocorra, desenvolvem processos de trabalho que os permitam atingir esse objetivo principal, sendo a inovação permanente dos equipamentos, dos métodos de gestão e organização do trabalho e das práticas corporais oferecidas, necessidades vitais para que

perante a concorrência, sobrevivam e sejam capazes de manter ou ampliar suas taxas de lucro. Segundo Mascarenhas et. al. (2007, p. 249), um mercado considerado até então tradicional, como o do *fitness* e bem-estar, é altamente dependente da inovação parecendo não existir alternativa que não seja essa, “... diante da alta competitividade estimulada pelo desenvolvimento desregrado do setor, bem como solução possível ante o crescimento vegetativo que apanha várias academias, limitando a expansão ou a mortalidade do negócio”.

Alves (2005) afirma que tal necessidade de inovação, que o autor chama de “flexibilizar” as condições de produção, constitui-se em características histórico-ontológicas da produção capitalista. Um dos traços ontológicos do capital é sua notável capacidade de revolucionar, de modo constante, as condições de produção, e atingir novos patamares de seu processo de valorização. Portanto, a necessidade de inovar, modificar, flexibilizar os processos de trabalho a fim de manter o ciclo valorativo do capital, uma tendência geral do modo de produção capitalista que se expressa de forma particular também no segmento de *fitness* e bem-estar. Ou seja, quando nos referimos à inovação, não estamos falando nada além de uma inovação capitalista, pois toda modernização ou inovação produtiva realizada pelo capital tem a função de conservar e ampliar a acumulação capitalista, sob a exploração da força de trabalho.

## 2.2 CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA E GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO: TERCEIRIZAÇÃO

Um dos elementos que observamos enquanto tendência geral e que se manifesta de forma particular também no segmento de *fitness* e bem-estar como uma inovação, é o processo de terceirização<sup>12</sup> pelo qual passam as academias.

Segundo Alves (2005, p. 206), a terceirização constitui-se na “... focalização da produção, isto é, a empresa tende a concentrar seus esforços e a se especializar na produção daquelas mercadorias sobre as quais ela detém evidentes vantagens competitivas”. É assim que também entende a questão a

---

<sup>12</sup> Nesse momento iremos tratar das consequências da terceirização em relação à concorrência intercapitalista, para posteriormente tratarmos de suas consequências para os trabalhadores do segmento de *fitness* e bem-estar, principalmente professores de educação física.

*Revista Fitness Business Latin América* (2006c), em uma de suas matérias, intitulada “Serviços próprios ou terceirizados? Eis a questão”. Nessa matéria define-se que a terceirização serve para que as empresas direcionem seus esforços para o seu objetivo principal. Isso significa dizer que se o principal serviço de uma academia é vender práticas corporais em forma de aulas, deve focar, portanto, seus esforços exclusivamente nessa atividade, deixando para terceiros as atividades que fazem parte do entorno da vida da academia.

Alves (2005) afirma que a lógica de subcontratação, ou terceirização, acompanhou o próprio processo de industrialização do país, mas assume notoriedade no campo da administração da produção capitalista a partir dos anos de 1980, e se expande de forma acelerada no início da década de 1990. Deste modo, não poderíamos afirmar que se constitui em uma novidade em si, pois vem sendo utilizada em diferentes ramos de produção, de formas qualitativamente e quantitativamente diferentes, há algumas décadas. O que podemos considerar como uma inovação é o fato de que atualmente esse mecanismo tem sido utilizado de forma ampla, atingindo os mais diversos ramos da produção capitalista, seja de bens ou serviços, incluindo aqui o segmento de *fitness* e bem-estar.

Essa inovação organizacional adotada amplamente pela empresas capitalistas se manifesta no segmento de *fitness* e bem-estar através da subcontratação terceirizada de empresas que prestam serviços de limpeza, contabilidade, advocacia, estacionamento e manobrista, além de lanchonete, restaurante, loja de artigos esportivos, salão de beleza, agência de viagens entre outros, além de serviços mais próximos com a atividade principal da empresa, como nutricionista, fisioterapia, massoterapia, chegando até em alguns casos a avaliação física e o *personal trainer* serem contratados de forma terceirizada.

A idéia de terceirizar os serviços que não conformam a atividade principal da empresa só se realiza em um processo e organização do processo de trabalho das academias por constituírem-se em uma inovação que possibilita vantagens competitivas e de manutenção e ampliação de suas taxas de lucro. E se substancia na tendência geral da atual fase monopolista do modo de produção

capitalista de tornar diversos serviços anteriormente improdutivos dentro das empresas, em produtivos, ou seja, geradores de mais-valia que colocada em movimento valorizam continuamente o capital.

Os motivos específicos que induzem as empresas em geral a adotarem a terceirização são diversos e se manifestam de forma particular em cada ramo da produção, não sendo pertinente em nossa avaliação descrever as vantagens do pondo de vista do capital partindo de formas concretas e particulares que não sejam do próprio segmento de *fitness* e bem-estar. Isso nos ajuda a evitar, em parte, transposições mecânicas de um processo de trabalho para o outro na tentativa de generalizá-lo.

Assim, recorremos à Revista *Fitness Business Latin América*, que em sua edição nº 28 esboça as vantagens, para a indústria do *fitness* e bem-estar, em utilizar, enquanto estratégia organizacional do processo de trabalho das academias, a subcontratação ou terceirização de serviços e produtos que não façam parte da atividade principal da empresa. A primeira vantagem, de acordo com a Revista *Fitness Business Latin América* (2006c), trata-se da eliminação de possíveis ações trabalhistas, encargos sociais e cobertura de faltas, férias e auxílio-doença sem qualquer custo adicional, que ficariam sob responsabilidade da empresa contratada pela academia, já que os terceirizados não se constituem enquanto empregados diretos das academias. Dessa forma, atenuar-se-iam possíveis conflitos com os trabalhadores e diminuir-se-iam gastos. A segunda vantagem constitui-se na contratação de mão-de-obra especializada, fazendo com que as academias encontrem com facilidade as empresas terceirizadas, especialistas em seus ramos de atuação, diminuindo o tempo de busca por alguém especializado e não necessitando investir em qualificação de trabalhadores que não façam parte da atividade central da academia. A terceira conveniência em terceirizar diz respeito à possibilidade de expandir os negócios sem grandes investimentos. Isso ocorre, em muitos casos, por meio do oferecimento de serviços através de empresas terceirizadas ou por subcontratados. Para tal, cedem-se espaços para essas atividades paralelas, que não constituem a atividade principal da academia, como por exemplo,

restaurantes, lanchonete, salão de beleza, entre outros, e tem-se como contrapartida uma parcela dos rendimentos desses empreendimentos – aluguel, por exemplo – sem a necessidade de investir diretamente. O quarto elemento vantajoso trata-se do acesso a novos serviços e tecnologias de forma mais rápida. A empresa terceirizada, tendo foco também em sua atividade principal, terá melhores condições de obter e oferecer serviços e tecnologias com maior velocidade. A quinta vantagem destacada conforma-se na facilidade de administrar os funcionários, pelo número de contratados diretamente ser relativamente reduzido, as funções ocupadas por esses contratados serem semelhantes, e no momento de criticar alguma atividade mal-executada por funcionário terceirizado, conversa-se diretamente com o administrador/proprietário da empresa subcontratada. Essa vantagem repercute em uma outra que é o controle de qualidade mais eficaz sobre os serviços prestados, por ser possível manter o foco em uma atividade específica. Outra conveniência que acaba sendo resultado de todas as anteriores, diz respeito à possibilidade de diminuir o custo final do serviço oferecido pela academia, o que a autoriza vender o serviço por um preço menor, colocando tal empresa em vantagem, do ponto de vista competitivo, perante as outras academias que prestam o mesmo serviço nas mesmas condições, por um preço superior. Ou ainda, se vendendo o serviço pelo mesmo preço que as outras academias, obterem um lucro extra.

Mesmo com as vantagens em terceirizar expostas, é possível identificar a adoção de tal inovação organizacional de formas variadas mesmo dentro do segmento de *fitness* e bem-estar, em que encontramos empresas que terceirizam a maioria de seus produtos/serviços e outras terceirizam muito pouco, adotando tal mecanismo de organização do processo de trabalho de acordo com suas necessidades e experiências concretas, que as possibilitem trabalhar em condições mais lucrativas. Na mesma matéria que utilizamos para descrever as vantagens de terceirizar, expostas na Revista *Fitness Business Latin América* (2006c), encontramos exemplos que caracterizam algumas academias como “terceirizadas desde nascença”, que subcontratam quase todos os serviços, as de “serviços mistos”, que terceirizam apenas alguns setores da academia e as de

“serviços próprios”, que praticamente não terceirizam. Isso demonstra que mesmo considerando a terceirização uma inovação, é possível apenas concebê-la como uma tendência geral que se manifesta também no segmento de *fitness* e bem-estar, adotada e manifestada nos processos de trabalho das academias de forma heterogênea.

### 2.3 CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA E GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO: MASSIFICAÇÃO E SEGMENTAÇÃO

Outro elemento que tem se conformado enquanto tendência geral que se manifesta de forma particular também no segmento de *fitness* e bem-estar como uma inovação, é o processo, segundo Mascarenhas et. al. (2007), que combina massificação e segmentação dos serviços oferecidos pelas academias.

Como vimos anteriormente, um dos imperativos intrínsecos ao capital é sua necessidade de expandir-se e universalizar-se, mercantilizando em escala crescente bens e serviços. Tal expressão do capital se manifesta, de forma particular, também no segmento de *fitness* e bem-estar, na busca de vender, enquanto mercadoria o maior número de práticas corporais a uma quantidade sempre crescente de consumidores. Isso está ligado à sua necessidade de atrair sempre novos alunos e reter-los, expandindo-se. E, além disso, buscar universalizar-se, rompendo fronteiras locais, estaduais e nacionais ampliando os empreendimentos por meio de novas seções de academias, utilizando-se de mecanismos de fusões e franquias. Isso corresponde à massificação da venda das mais variadas práticas corporais enquanto mercadorias, para o maior gama possível de consumidores.

Poderíamos apontar, conforme Mascarenhas et. al. (2007) o marketing e a propaganda enquanto mecanismos que contribuem para massificação da venda das práticas corporais como mercadorias, impulsionada principalmente pelas grandes indústrias do *fitness* e bem-estar, porém, iremos nos deter, apenas, em como por meio de inovações em seus processos de trabalho, as próprias empresas do segmento de *fitness* e bem-estar buscam atingir mais consumidores



de práticas corporais mercantilizadas, sem colocar em questão suas estratégias de marketing e propaganda.

A formatação organizacional das academias que conhecemos hoje e seus processos de mercantilização das práticas corporais passaram por diversos momentos em seu desenvolvimento, alterando o conceito do que deveria ser uma academia de acordo com as demandas enfrentadas para o crescimento do segmento de *fitness* e bem-estar e a sua massificação.

Observando a conformação inicial das academias é possível constatar que possuíam a finalidade praticamente exclusiva de desenvolver o condicionamento e aptidão física dos indivíduos praticantes, com base em programas de treinamento e periodização. Portanto, restringiam-se a halterofilistas, atletas ou pessoas envolvidas com práticas corporais. O que resultou no conceito de *fitness*, assim que se percebe a possibilidade de tal setor desenvolver-se por meio da mercantilização das práticas corporais. Se recorrermos à etimologia da palavra *fitness*, veremos, segundo Saba (2006) que se trata da junção de “fit”, que significa apto, com o sufixo “ness”, que quer dizer aptidão. Sendo na verdade a expressão correta, para definir tal conceito, *physical fitness*, ou seja, aptidão física.

O conceito de *fitness*, de acordo com Saba (2006), é restrito, estando ligado basicamente ao objetivo de aperfeiçoar o desempenho físico e atlético do praticante, no sentido de melhorar a estética do aluno/cliente, sendo o emagrecimento, o aumento da massa muscular, entre outros, valorizados em diversos momentos das práticas corporais nas academias. Porém, vale salientar que tal “melhoria” estética diz respeito, como alertam Hansen e Vaz (2004) a contornos corporais concebidos como ideais. Ou seja, modelos corporais idealizados, tendo o magro e musculoso, como saudáveis, belos, atraentes e sedutores. Não sendo necessariamente a representação do que pretendem ser, e por esse motivo, funcionam como construtos ideológicos, tentando encobrir ou não demonstrar o que realmente representam.

O conceito de *fitness*, portanto, acaba por contemplar apenas determinado grupo de pessoas, deixando de lado uma boa parte de potenciais alunos/clientes que não se encaixam ou possuem dificuldade de se enquadrar nos padrões

estéticos concebidos como ideais por tal conceito. Isso age como freio do ciclo reprodutivo capitalista do segmento do *fitness* e bem-estar, sendo necessário, para expandir os negócios, que contemplem em seu conceito um público mais abrangente, não atendendo apenas magros e musculosos, mas também, bebês, crianças, idosos, obesos, deficientes físicos, hipertensos, executivos, entre outros.

O que significa dizer segundo, Furtado (2009, p. 08) que,

com o desenvolvimento do ramo das academias de ginástica como negócio, ou seja, com uma boa capacidade de acumulação de capital (...), a visão antes restrita ao *fitness* foi se ampliando e aos poucos foram sendo aglutinados outros enfoques para a academia de ginástica atingir seu mercado de forma mais eficaz e também ampliar seu público alvo.

Nesse sentido, o conceito de *fitness* expande-se e chega à formulação conceitual do que se convencionou chamar de *wellness*, que quer dizer bem-estar, qualidade de vida, sendo, portanto, mais abrangente do que a preocupação anterior focada centralmente na aptidão física e estética corporal. Tal conceito, segundo Saba (2006), fortalece a permanência dos alunos/clientes nas academias e cria inúmeros vínculos além do estético, demonstrando que o mercado não se contenta mais com ações focadas exclusivamente no *fitness*, necessitando de uma atuação ampla e apoiada no bem-estar, ou seja, no *wellness*, que amplia a possibilidade de atração e retenção de alunos/clientes, e a massificação das práticas corporais mercantilizadas.

Para atrair e reter alunos/clientes com base no conceito de *wellness*, na tentativa de massificar a mercantilização das práticas corporais, a indústria do *fitness* e bem-estar utiliza o mecanismo de segmentação, tanto das academias destinadas a atender públicos específicos como internamente. Ou seja, busca-se massificar as práticas corporais como mercadoria, segmentando-as na busca de atender os mais variados públicos consumidores. Ao mesmo tempo em que exercem a tentativa de homogeneizar as práticas corporais como mercadorias, massificando-as, heterogenizam as formas de ser das práticas corporais enquanto mercadorias, segmentando-as, de acordo com as características e necessidades dos alunos/clientes.

Tal mecanismo que combina massificação e segmentação parece-nos estar ligado, guardando as devidas proporções e mediações necessárias, a uma característica oriunda do modelo produtivo que se convencionou chamar, dentre outros nomes, de toyotista, o qual, segundo Antunes (2007), visa atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, sendo essas variadas e heterogêneas. Assim, massificam-se as práticas corporais como mercadorias, vendendo-as de formas variadas, de acordo com as necessidades dos que irão consumi-las e, por isso, segmenta-se e diversifica-se.

Um exemplo bastante recente que é possível constatar uma formação segmentar, diz respeito à academia *Curves*, já apresentada no primeiro capítulo, destinada a atender exclusivamente alunas/clientes do sexo feminino, e que apresenta altos índices de crescimento pelo mundo, por meio do mecanismo de franquia. Assim, como afirma Mascarenhas et. al. (2007), a segmentação confere ao capitalismo uma nova possibilidade e se apresenta como uma estratégia de produção específica, nesse caso, de aulas de práticas corporais destinadas unicamente às mulheres. Os artifícios, utilizados para venda das diferentes práticas corporais, previamente calculados e pensados de modo a conquistar a futura aluna/cliente consumidora. Pensando o proprietário diretamente no público alvo que pretende atingir. Mesmo não sendo uma novidade no campo das práticas corporais as mulheres realizarem exercícios diferentes dos homens, forjam-se novidades, expectativas e necessidades entre o público feminino, resignificando os serviços da academia segundo comportamentos, hábitos de consumo, valores, modos de vida até então não evidenciados.

Quando as academias não são segmentadas com o objetivo de atender um público específico, observamos que se segmenta internamente. Dois públicos de alunos/clientes que as academias buscam atender na atualidade, que são bem distintos, como executivos e crianças, ajudam a exemplificar esse caso.

Os executivos são considerados pelas academias, segundo a Revista da ACAD (2007a), pessoas com alto poder aquisitivo, que acometidos por estresse, doenças crônicas e degenerativas, cansaço entre outros, possuem ainda pouco tempo para se dedicarem à academia, o que gera a necessidade de programas

voltados exclusivamente para o seu perfil. Já as crianças, que as academias pretendem conquistar, filhos da pequena burguesia ou da burguesia, são consideradas pessoas que possuem um alto grau de interação com as tecnologias, por esse motivo os equipamentos das academias necessitam acoplar, por exemplo, vídeo games às bicicletas, televisão às esteiras, entre outros, a fim de que as crianças sintam-se interessadas em realizar as práticas corporais oferecidas pelas academias.

Sendo assim, seguindo o nosso exemplo, as academias que pretendem atender executivos e crianças ao mesmo tempo, deparam-se com a necessidade de segmentar as práticas corporais que oferecem, estabelecendo objetivos, metodologias e equipamentos de aulas, formas de atender, e mecanismos de atração e retenção diferentes para cada público que atende, mesmo que concentrem na mesma academia diversos públicos e práticas corporais. Atender a diversidade de públicos que o conceito de *wellness* propõe só é possível utilizando-se da segmentação dentro da academia com vistas a atender os alunos/clientes com maior eficiência e eficácia.

Desse modo, podemos observar que a combinação de massificação das mais diversas práticas corporais enquanto mercadorias que expandem-se e universalizam-se, e a segmentação, seja das academias destinadas a atender públicos específicos ou internamente, principalmente quando o conceito de *wellness* passa a ser absorvido pelas academias, conformam-se enquanto tendência geral de gestão e organização do trabalho no segmento de *fitness* e bem-estar.

Porém, como vimos nessa pesquisa, se formos levar em conta exemplos concretos e particulares, provavelmente, iremos nos deparar com academias que ainda trabalham com a idéia de condicionamento físico, treinamento e periodização, buscando desenvolver exclusivamente a aptidão física do aluno/cliente, assim como é possível constatar academias híbridas que contemplam ao mesmo tempo o conceito de *fitness* e *wellness*. O que existe, de forma geral, não é uma eliminação do conceito anterior, mas sim, a sua ampliação pelo novo conceito. Ou como afirma Paulo Akaiu, proprietário da franquia *Body*

*Systems* do Brasil, em entrevista a Revista da ACAD (2004b), existem academias que trabalham com um conceito que vai além do *wellness*. Buscando proporcionar não apenas bem-estar, mas momentos de prazer ao aluno/cliente. E em outra edição da Revista da ACAD (2007a), é constatado tal conceito, quando afirmam que atualmente os alunos/clientes buscam nas academias momentos de diversão e por isso é necessário que elas invistam em *lounges* com televisão, acesso a internet sem fio, *cyber café*, spas, saunas, ofurô, hidromassagem, músicas com alta qualidade de som, lugares para as pessoas conversarem, aulas especiais, passeios ecológicos, festas, transformando assim as academias em centros de encontro, relacionando não apenas com o bem-estar, mas fundamentalmente, com o prazer.

Isso demonstra a heterogeneidade dos processos de trabalho – introdução de novas tecnologias e métodos de gestão e organização – presentes nas academias brasileiras, mesmo que existam as tendências gerais que afetem a indústria do *fitness* e bem-estar como um todo e, em maior ou menor proporção, as academias individualmente.

#### 2.4 CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA E GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO: PRÁTICAS CORPORAIS E OBSOLESCÊNCIA PLANEJADA

Mais uma tendência geral que observamos acometer de forma particular a indústria do *fitness* e bem-estar diz respeito à renovação constante das técnicas e práticas corporais oferecidas pelas academias que, de tempos em tempos, são descartadas (Mascarenhas et. al., 2007) pelo processo de obsolescência planejada (Mészáros, 1989).

Essa tendência geral é fruto da intensificação do que Mészáros (2002) define como taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, mecanismo histórico que possibilitou, em grande parte, o enorme desenvolvimento do sistema capitalista, por propiciar maior agilidade em seu ciclo reprodutivo, diminuindo o tempo entre a produção e o consumo das mercadorias. Ou seja, busca-se de forma planejada diminuir o tempo de duração ou valor de uso das mercadorias, tornando-as obsoletas e descartáveis assim que seja possível,

fazendo com que as mercadorias produzidas sejam consumidas e, por consequência, produzidas com maior velocidade, reduzindo o espaço de tempo entre uma e outra, o que acelera o ciclo reprodutivo capitalista.

Vejamos indícios de como isso se processa. Na descrição da fórmula geral do capital, é possível encontrar elementos que ajudam a compreender o mecanismo de intensificação da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. No capítulo IV de *O Capital*, Marx (2006) explica como o dinheiro transforma-se em capital, descrevendo, no primeiro momento, a fórmula geral do capital e posteriormente as contradições que tal fórmula possui e como se compra e vende força de trabalho.

Marx (2006) apresenta-nos inicialmente como ocorre a circulação simples de mercadorias ( $M - D - M$ ), em que o dinheiro nesse momento tem apenas a função de ser um equivalente geral, ou seja, de fazer que o dinheiro transforme-se em uma mercadoria que terá apenas a função de satisfazer uma necessidade. Sendo o dinheiro gasto de uma vez por todas. Nessa forma de circulação de mercadorias, nos dirá, não é possível gerar capital, mas somente onde apareça o dinheiro no início e no fim da fórmula ( $D - M - D$ ). Nessa fórmula, o comprador gasta dinheiro para fazer dinheiro como vendedor. Compra, lançando dinheiro em circulação, obtendo a mercadoria, para com a venda receber dinheiro ao final do processo. Porém, o objetivo final desse processo não é o de obter a mesma quantia de dinheiro que foi utilizada no início. Então, o dinheiro que compra e posteriormente vende a mercadoria, tem o objetivo de ao final do processo obter mais dinheiro, mais valor (mais-valia), com relação ao que foi aplicado inicialmente ( $D - M - D'$ ), estimulando e reforçando essa forma de circulação.

Todavia, tal formula é insuficiente para descrever o movimento que transforma dinheiro em capital. Para isso, no ponto seguinte do referido capítulo, Marx (2006) descreve as contradições intrínsecas à fórmula geral do capital afirmando que ao mesmo tempo em que o capital não pode se originar fora dessa forma de circulação, não tem somente nela sua origem. Isso significa dizer que assim como é impossível que o dinheiro se transforme em capital fora dessa esfera de circulação, a valorização do valor, ou seja, o capital não pode ter origem

na circulação por não ser capaz de pelo intercâmbio de mercadoria gerar valor e, por consequência mais-valia.

Isso se deve ao fato de que a transformação de dinheiro em capital é fruto exclusivo do intercâmbio de uma mercadoria especial, a saber, a força de trabalho, que possui a capacidade peculiar de produzir valor. E para adquirir essa mercadoria especial, para que seja transformado dinheiro em capital, é necessário, segundo Marx (2006), que o possuidor do dinheiro encontre o trabalhador livre no mercado, em dois sentidos. O de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como mercadoria e estar despojado de coisas necessárias à materialização de sua existência, não tendo outra coisa a fazer para sobreviver que não seja vender a única mercadoria que possui, a força de trabalho. Dessa forma, o capitalista lança dinheiro comprando meios de produção e empregando força de trabalho, que colocada em movimento pelo processo de produção, gera novas mercadorias que terão um valor superior ao que possuíam antes, o que só se torna possível porque o valor da força de trabalho – corresponde a uma determinada quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para produzir os meios de subsistência para reprodução da vida do trabalhador e de sua família – é menor que o valor que essa força de trabalho produz, ficando o capitalista com o valor excedente produzido pelo trabalhador, chega-se à fórmula geral do capital em sua totalidade ( $D - M \{MP \text{ e } FT\} \dots P \dots - M' - D'$ ).

Sendo assim, quanto menor for o tempo entre o momento em que o capitalista aplica determinada quantia de dinheiro e o momento em que ele realiza a mais-valia produzida pelo trabalhador (ao vender a nova mercadoria, em um mecanismo que se reproduz continuamente), mais rápido será seu ciclo reprodutivo e, portanto, o processo de valorização do capital.

A taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias serve justamente a esse propósito, encurtar o tempo entre a produção e consumo da mercadoria e propiciar ao capital, maior velocidade no seu processo contínuo de valorização.

Diante da concorrência intercapitalista cada vez mais agressiva, emerge a necessidade, já abordada no início do capítulo, da produção de mercadorias cada

vez mais baratas e competitivas, ao mesmo tempo em que se busca diminuir o tempo de duração das mercadorias, para que surja mais rápida a necessidade da aquisição de uma nova mercadoria e agilize-se o ciclo reprodutivo do capital. Sobre isso Antunes (2007, p. 50) afirma que

a necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do círculo produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, (...) deve adequar-se ao sistema de metabolismo socioeconômico do capital, afetando desse modo tanto a produção de bens e serviços como as instalações e maquinarias e a própria força humana de trabalho.

Atinge, portanto, os mais variados campos da produção capitalista, bens e serviços, manifestando-se de forma particular também no segmento de *fitness* e bem-estar.

Parece-nos, que diante dessa tendência, as mercadorias são produzidas com a intenção de durarem um tempo previamente estipulado pelas empresas, o que não significa dizer, que durarão somente o tempo pretendido.

No segmento de *fitness* e bem-estar podemos também, observar tal tendência, principalmente no que diz respeito às aulas das práticas corporais oferecidas, que são renovadas permanentemente e de modo cada vez mais rápido. Um exemplo bastante significativo nesse sentido é a da *Les Mills*, conhecida no Brasil como *Body Systems*. Segundo matéria da Revista *Fitness Business Latin América* (2006b), as aulas pré-coreografadas das diversas modalidades oferecidas pela *Body Systems* são relançadas a cada três meses, e distribuídas para mais de 50 mil professores, que são obrigados a fazer o curso de atualização para renovarem sua certificação no programa. O lançamento das novas aulas é marcado por apresentações da nova coreografia em eventos de grande porte da indústria do *fitness* e bem-estar, com o objetivo de demonstrar a potência da marca e sua implantação internacional.

Isso significa que as aulas pré-coreografadas oferecidas pelas academias conveniadas à *Les Mills/Body Systems* possuem um tempo de duração determinado antecipadamente. Ou seja, o tempo de consumo das aulas das modalidades da *Les Mills/Body Systems* é reduzido a três meses de duração,



fazendo com que a academia filiada e seus alunos/clientes consumam de forma cada vez mais rápida uma nova mercadoria na forma de aulas pré-coreografadas. O que está ligado à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. As aulas pré-coreografadas são elaboradas e vendidas para o mundo todo, para se tornarem obsoletas dentro de um tempo determinado, de forma planejada.

Nesse caso específico o processo de obsolescência planejada não é gerado propriamente dentro da academia, pois a produção de tais aulas pré-coreografadas é realizada pela *Les Mills/ Body Systems* e vendida para as academias que as revendem, sem produzir nada de novo<sup>13</sup>. E mesmo quando as aulas das práticas corporais são produzidas na e pelas academias individualmente, o seu tempo de duração é marcado, segundo Pinheiro & Pinheiro (2006), pelo momento que começa haver um desestímulo por parte dos alunos/clientes, obrigando o professor a reinventar a aula, mantendo assim a taxa de retenção de alunos, e por conseqüência, a venda das práticas corporais. Ou mesmo o professor antecipa o momento de desistência dos alunos/clientes, e modifica de forma cada vez mais dinâmica e rápida as aulas das práticas corporais. Em última instância, o critério, para modificar a aula, pautado em uma percepção pedagógica e/ou fisiológica propriamente, mas sim, na venda ou não das aulas.

Além das aulas possuírem um tempo planejado para se tornarem obsoletas, em boa medida também as próprias práticas corporais sofrem com essa tendência, que muitas vezes podem ser marcadas pelo lançamento permanente de “novos” equipamentos de academia, que passam pelo mesmo processo. Porém, não trataremos aqui dos “novos” equipamentos, por não ser o centro de nossa discussão, mas apenas da renovação cada vez mais rápida em termos de práticas corporais oferecidas pelas academias, sendo elas fruto do lançamento de

---

<sup>13</sup> Nesse caso específico o que se tem é produção de um “bem” e não de um serviço. O conceito de serviço prevê que a produção e o consumo ocorram ao mesmo tempo e nesse caso a produção das aulas pré-coreografadas ocorre em um momento anterior ao seu consumo. Porém, as aulas pré-coreografadas quando adquiridas pelas academias tornam-se instrumento de trabalho do professor que irá utilizá-la para produzir a aula de ginástica que o aluno/cliente irá consumir no mesmo momento que o professor a produz, esse sim sendo um serviço vendido pela academia que também necessita ser reinventado permanentemente.

novos equipamentos ou não. Além disso, é preciso deixar claro que apesar de práticas corporais apresentarem-se como novidade, nada permite classificá-las como, essencialmente, novas. Um exemplo atual de introdução de prática corporal enquanto novidade são, segundo a Revista *Fitness Business Latin América* (2007c), os programas de corrida oferecidos pelas academias. É evidente que a prática de corrida pelo ser humano não se constitui em algo novo, entretanto, quando passa por um processo de mercantilização em que sua aparência, seu invólucro passa por uma modificação, apresentando-se como novo, sendo ainda bem aceita pelos consumidores, colabora para atração e retenção de alunos/clientes, e por consequência, mantém ou ampliam as taxas de lucro das academias, conformando-se em uma novidade. Logo em seguida, no entanto, tornar-se obsoleta, e reaparecer em outro momento, após uma modificação involucral, como novidade.

A Revista *Fitness Business Latin América* (2007c) nos mostra alguns exemplos de como a prática da corrida é vendida nas academias. Um desses exemplos é o da academia *Planet Sport* de São Paulo, que transporta, com um carro da academia próprio para essa função, seus alunos/clientes para o parque Ibirapuera, onde praticam a corrida, orientados por um professor que prepara previamente os treinamentos e, ao fim da atividade, retornam com o mesmo transporte à academia. Outro exemplo é o da academia Fórmula, que organiza os treinamentos de corrida dentro da própria academia.

Essas formas especiais de praticar a corrida ou outras práticas corporais duram o tempo que for possível concebê-las como algo novo que atrai e retém alunos/clientes na academia. Porém, observamos que a remodelação de tais práticas em seu invólucro, tem se tornado cada vez mais rápida. A academia planeja em certa medida, prestando atenção no comportamento dos alunos/clientes, para antecipar uma possível diminuição na atração e retenção, com o lançamento de alguma novidade, tornando obsoletas as práticas corporais, que no momento são menos lucrativas. Em certa medida, guardando as proporções necessárias para cada caso, isto intensifica a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias.

Até o momento podemos compreender que diante de crises e da concorrência intercapitalista, as empresas em geral, e a indústria do *fitness* e bem-estar em específico, são obrigadas a inovar, dentre outras coisas, seus processos de trabalho, que se manifestam de forma heterogênea, com o fim de manter suas taxas de lucro ou ampliá-las. Todavia, a heterogeneidade não se expressa apenas na forma de diferença entre os processos de trabalho das empresas, mas de forma também desigual. O que torna, enquanto tendência geral, as grandes empresas portadoras de uma maior capacidade de inovação, por poderem investir mais, possibilitando-as introduzir com maior velocidade novas tecnologias em termos de equipamento, métodos mais eficientes e eficazes de gestão e organização do trabalho, oferecer uma variedade superior de práticas corporais, ampliar os negócios com aberturas de novas seções da empresa, oferecer preços proporcionalmente menores nas mensalidades e planos de aula mais atrativos. Isso dificulta tendencialmente a sobrevivência das academias de pequeno porte diante das grandes academias.

Observamos enquanto tendência geral, que atinge a indústria do *fitness* e bem-estar, a sua necessidade permanente de atrair e reter alunos/clientes, por constituírem-se na garantia final de suas taxas de lucro. Para atrair e reter alunos/clientes diminuir seus gastos e aumentarem seus lucros, as academias adotam em termos gerais algumas medidas. Dentre elas, identificamos a terceirização em que as academias focam em sua atividade principal. A massificação da maior quantidade possível de práticas corporais, por meio da ampliação do conceito de academia baseado somente no *fitness*, combinando isso com a segmentação que tanto pode ser das academias, que focam seus serviços em públicos específicos como dos espaços internos da academia com objetivo de atender uma diversidade de alunos/clientes com características diferentes no mesmo espaço. Além disso, buscam renovar permanentemente e de forma cada vez mais rápida as aulas e práticas corporais oferecidas, por meio de um processo de obsolescência planejado. Evidentemente que outros mecanismos são adotados pelas academias, o que demonstra a heterogeneidade, porém essas são as tendências gerais mais

observadas nas publicações da ACAD e da *Fitness Business Latin América*, periódicos de entidades representativas da indústria do *fitness* e bem-estar.

## 2.5 UNIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA EM PROL DA INDÚSTRIA DO *FITNESS* E BEM-ESTAR

Até o momento, apresentamos as medidas tomadas pelas academias perante a concorrência intercapitalista. Porém, existem ações empreendidas pela indústria do *fitness* e bem-estar que buscam beneficiar integralmente o setor, ou parte significativa dele. Com o crescimento da indústria do *fitness* e bem-estar – aqui estamos tratando das academias – um dos mecanismos utilizados para fortalecer e organizar a representatividade do setor foi a criação da Associação Brasileira das Academias (ACAD)<sup>14</sup>, que objetivou, segundo a Revista da ACAD (2003, p. 06), “desenvolver, proteger e promover a indústria do *fitness*”. Neste sentido, é possível acompanhar uma série de articulações e reivindicações do setor, no campo político-econômico, pela própria revista da ACAD, publicada bimestralmente. Trataremos aqui das ações que recebem maior atenção por parte da ACAD, e que são tratadas de forma recorrente pelas suas publicações.

Uma das articulações políticas que a ACAD estabeleceu e lhe propiciou maior expressividade, pelas ações que puderam realizar em prol das principais reivindicações da indústria do *fitness* e bem-estar perante o Estado, foi com o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e seus respectivos conselhos regionais. A busca por essa parceria é expressa na revista da ACAD (idem., p. 03) pelo então presidente da Associação, Djan Madruga, ao manifestar que um dos objetivos de sua gestão foi aprofundar a “parceria com o CONFEF para impedir ações e legislações que venham a prejudicar o bom funcionamento das academias”. E o próprio CONFEF, através de seu órgão de comunicação impressa, a Revista EF (2004, p. 14), demonstra a vontade recíproca de manter relações políticas próximas com a ACAD, ao publicar matéria intitulada “CONFEF

---

<sup>14</sup> De início o setor de academias esteve representado pela ACAD-Rio que congregava as academias do município do Rio de Janeiro, aos poucos se tornando estadual. Sentindo a falta de uma representação maior, em âmbito nacional, foi criada a ACAD-Brasil, que logo se incorporou a ACAD-Rio, transformando-se no ano de 2003 em uma única Associação, intitulada então de ACAD.

e ACAD: unindo força em favor da Educação Física”. Mas o enlace político entre ACAD e CONFEF não se restringe a intenções, mas também se manifestam em ações práticas.

Essas ações práticas vão se expressar principalmente na relação que ACAD e CONFEF estabelecem com o Estado a fim de desenvolver mercadologicamente o setor de *fitness* e bem-estar. Segundo Engels apud Lênin (2007)

o Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, “a realidade da Idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da Razão” como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entrededorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado.

Lênin (2007) complementa essa definição afirmando que o Estado além “amortecer” os conflitos de classe trata-se de um órgão de dominação de classe, de uma ordem que legaliza a submissão e de uma classe pela outra, ou seja, a classe trabalhadora que possui apenas a sua força de trabalho como mercadoria, submissa a burguesia detentora dos meios de produção.

Apesar de o Estado manter as características definidas por Lênin, na contemporaneidade com a agudização das contradições do capital, o Estado capitalista é obrigado a intervir cada vez mais na produção, destinando volumosos recursos para salvaguardar a reprodução capitalista, e justamente nesse quadro que as empresas do segmento do *fitness* e bem-estar, através de seus representantes – ACAD, CONFEF – se dirigem ao Estado. Um dos exemplos dessa forma de agir do Estado é segundo Tumolo (2003, p. 172)

o financiamento subsidiado e, em alguns casos a doação parcial ou total – por intermédio da construção de infra-estrutura ou da redução e até isenção de impostos, entre outros mecanismos – oferecidos pelo Estado aos capitais privados, que acaba por responder, dessa forma, pelo investimento de capital constante. O resultado disso é uma atenuação,

mesmo que temporária, da tendência de aumento da composição orgânica do capital, e, por conseguinte da taxa de lucro, o que se constitui numa medida preventiva, ainda que precária, em relação à eclosão das crises capitalistas.

Nesse sentido, o Estado investe maciçamente na economia, na mesma medida que diminui os investimentos em funções de sua responsabilidade – educação, saúde, práticas corporais, entre outros – estimulando que essas atividades sejam desenvolvidas pelo setor privado, o que pode ser observado no processo de mercantilização da educação, saúde e também das práticas corporais. Formando-se em um “Estado máximo” na função de salvaguardar o desenvolvimento capitalista e um “Estado mínimo” no atendimento a direitos sociais – saúde, educação, práticas corporais, entre outros.

As ações dos representantes do setor de *fitness* e bem-estar na perspectiva de desenvolver o setor e mercantilizar as práticas corporais caminham basicamente no sentido de cobrar do Estado uma redução e isenção de impostos. Vejamos que ações que os ACAD e CONFEEF realizam nesse sentido.

Segundo a Revista da ACAD (2003), uma das ações realizadas pela ACAD e o CONFEEF foi o trabalho em conjunto que impulsionou a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física (FPDAF)<sup>15</sup>, que apesar de se apresentar como fomentadora da garantia do direito às práticas corporais, denominadas por eles como atividade física, configurou-se para que os interesses mercadológicos da indústria do *fitness* e bem-estar ganhassem expressão e representatividade dentro do parlamento. Isso pode ser verificado pela participação e apoio conferido pela FPDAF às ações realizadas em conjunto pela ACAD e CONFEEF em prol da expansão mercadológica das práticas corporais, por meio de estímulos financeiros conferidos pelo Estado brasileiro.

Uma das ações realizadas pela parceria ACAD/CONFEEF apoiada pela FPDAF, é a busca pelo enquadramento tributário das academias como empresas prestadoras de serviço na área da saúde que tem como finalidade, segundo

---

<sup>15</sup> Além de ações em prol da criação da Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física (FPDAF) a ACAD, buscou em diversos momentos eleger representantes orgânicos à Associação. Podemos citar alguns exemplos como apoio à candidatura de Patrícia e Mario Villas Boas à Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro (Revista ACAD, 2004). Além da candidatura de um de seus presidentes, Djan Madruga, para Deputado Federal (Revista ACAD, 2006).

Revista da ACAD (2006, p. 07), permitir “que as academias não inseridas no Simples possam pagar, de igual modo a Hospitais e Clínicas, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica sobre a base de calculo de 8% sobre a receita bruta auferida no período de apuração, ao invés dos atuais 32%”. Ou seja, diminuir os gastos tributários da academia com vistas a manter ou ampliar suas taxas de lucro e estimular o desenvolvimento da mercantilização das práticas corporais, sobre o pretexto da promoção de saúde.

De acordo com relato feito por Gilberto Bertevello na Revista EF (2005), o processo de inclusão das academias na área da saúde foi uma iniciativa da ACAD, integrando-se a causa, logo em seguida, o CONFEF. Uma das primeiras atividades conjuntas nesse sentido foi a organização de uma academia no salão Mario Covas, no Congresso Nacional, contando com apoio da FPDAF, com vistas a divulgar publicamente a causa. Avançando, na seqüência, para o protocolo de documentos e reuniões com o Ministério da Fazenda, Receita Federal e com o Subchefe da Casa Civil, seguida de reuniões Interministeriais envolvendo o Ministério do Esporte e da Saúde para encontrar alternativas à inclusão das academias na área da saúde. Na busca por tal inclusão o Presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber, alertou para o fato de que as academias estariam classificadas como “Cultura Física”, no segmento Atividade Física e Lazer, sugerindo então uma reclassificação das mesmas perante a Comissão Nacional de Classificação das Atividades (CONCLA), o que os levou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é o responsável por tais reclassificações diante da CONCLA.

O objetivo aqui não é o de descrever e acompanhar integralmente o desenrolar das ações em conjunto da ACAD e CONFEF, apoiadas pela FPDAF, mas demonstrar a articulação no campo político-econômico da organização representativa da indústria do *fitness* e bem-estar, com apoio do CONFEF e de parlamentares, com a finalidade de expandir a mercantilização das práticas corporais com o incentivo do aparelho de Estado, por meio da diminuição da contribuição tributária das academias. A busca da inclusão das academias na área da saúde tem como pretensão a diminuição de impostos, com a divisão da oferta,

entre a esfera pública e privada, de um serviço eminentemente de responsabilidade do Estado, fruto da expansão da mercantilização das mais diversas dimensões humanas, da qual incluímos a saúde, educação, práticas corporais, entre outras.

Outra ação realizada pela ACAD e CONFEF, com o mesmo objetivo, o de disputar a não obrigatoriedade do pagamento pelas academias de taxas de direitos autorais ao Escritório Central de Arrecadação (ECAD). Apesar do objetivo ser praticamente o mesmo, ACAD e CONFEF tomaram caminhos jurídicos distintos para tal questão. O CONFEF, através de seus conselhos regionais, apresentou enquanto argumento político e jurídico em um primeiro momento, o que está expresso na revista do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro (CREF-1) (2001, p. 06)

(...) as academias utilizam a música apenas como recurso didático (...) os professores não utilizam a música para fins comerciais, sendo assim, as academias ficam isentas do pagamento das taxas cobradas aleatoriamente pelo ECAD.

Em outra edição da revista do CREF-1 (idem.), quando notificado extra judicialmente pelo ECAD, por estar estimulando os donos de academia a não pagarem o ECAD, o conselho reagiu afirmando que continuaria orientando as academias a não pagarem o ECAD, além de questionar a legitimidade do ECAD para realizar tais cobranças.

A Associação de Academias, buscou outros caminhos políticos e jurídicos, para o mesmo fim. Em uma das edições da revista da ACAD (2007b, p. 04) o então presidente, João Abreu, que por muito tempo foi assessor jurídico da ACAD, afirmou que

teses objetivando o não pagamento do direito autoral ao ECAD – como a que não reconhecia a legitimidade do órgão para fazer tal cobrança ou a que sustentava que as músicas tocadas nas academias teriam fins didáticos – sempre foram por mim refutadas, tendo em vista estudo realizado junto ao STJ – Superior Tribunal de Justiça - , última instância em Brasília para tratar desta matéria.



Ou seja, a ACAD rejeitou enquanto estratégia jurídica, os mecanismos utilizados pelo CONFEF. Dessa forma a alternativa buscada pela ACAD foi segundo a Revista da ACAD (idem.) a celebração de contratos com a rádio imprensa. Tal trajetória jurídica parece ter obtido maior êxito, pois em dezembro de 2006, em um julgamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJE-RJ), em segunda instância, a ACAD obteve vitória parcial, ficando, portanto, isentas de cobranças de taxas de direitos autorais pelo ECAD, todas as academias filiadas a ACAD que possuírem contrato com a rádio imprensa. Apesar, do CONFEF e ACAD tomarem caminhos jurídicos distintos, possuíam, por fim, praticamente o mesmo objetivo, o de impedir ou diminuir os valores cobrados pelo ECAD às academias, eximindo-as de tal gasto, contribuindo para o desenvolvimento da indústria do *fitness* e bem-estar.

Uma terceira ação realizada pela ACAD, que contou com apoio de parlamentares ligados a FPDAF, foi a luta pela inclusão das academias no sistema de tributação chamado Super Simples<sup>16</sup>. O debate em torno dessa temática foi recorrentemente tratado em diversas edições da revista da ACAD. A inclusão das academias no sistema tributário intitulado Super Simples, que veio a substituir o SIMPLES, teve por finalidade segundo Revista da ACAD (2004c) enquadrar as academias em um regime menos oneroso.

Diversas atividades foram realizadas pela ACAD no sentido de incluir as academias no Super Simples, que se estruturaria pela arrecadação e fiscalização conjunta de impostos federal, estadual e municipal, da qual contemplaria micro empresas e empresas de pequeno porte.

Sendo que, no final de 2006, aprovou-se o Super Simples, contemplando as academias nesse novo sistema tributário. Porém, tal conquista foi parcialmente comemorada pelos donos de academias. Um dos problemas identificados por eles foi a inclusão das academias segundo Revista da ACAD (2006), em um grupo de prestadores de serviço em que o INSS patronal deve ser pago de forma adicional, aumentando os gastos da empresa com encargos, sendo necessário às

---

<sup>16</sup> O Super Simples é um sistema tributário composto por nove impostos em uma só cobrança. Sendo 06 federais (IRPJ, IPI, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e INSS/patronal) 01 estadual (ICMS) e 01 municipal (ISS) além da contribuição para entidades privadas de serviço social.

academias analisarem seus casos específicos para definir se a opção pelo Super Simples é vantajosa ou não para empresa. De qualquer forma, a ACAD, por meio de sua Revista (idem., p. 04) reconhece “que a inclusão das academias dentro do rol de empresas que podem aderir ao Super Simples foi uma vitória política do setor” cabendo agora lutar com base no princípio da igualdade, pela equiparação das academias com outros serviços que não precisam pagar o INSS de forma adicional. Tal ação jurídica e política da indústria do *fitness* e bem-estar, representada pela ACAD, configura-se em outro movimento no sentido de reduzir gastos das academias, contando com apoio do Estado, sendo nesse caso, pela inclusão de academias em um sistema tributário menos oneroso, propiciando o fortalecimento e crescimento da indústria do *fitness* e bem-estar, ou seja, da mercantilização das práticas corporais.

Por fim, outra ação da ACAD, que merece ser considerada é o seu projeto que atende pelo nome de “Escola na Academia”. De acordo com matéria publicada na revista da ACAD (idem., p. 16) o projeto

... foi criado com o objetivo de proporcionar a prática de atividades físicas (...) aos alunos da rede municipal de ensino e também aos atletas em treinamento para a disputa de competições nos Jogos Pan-Americano de 2007. Em contrapartida, as academias associadas à ACAD Brasil que participam do projeto têm seus horários ociosos (geralmente entre 10h e 14h) ocupados, com as mensalidades destes públicos subvencionadas pelo governo.

Esse projeto teve a primeira experiência em 2003 por meio de uma parceria entre a ACAD e o governo municipal do Rio de Janeiro, e desde então busca ampliar-se. No espectro federal, por meio da criação de uma lei de incentivo fiscal ao esporte, utilizando parte do imposto de renda da pessoa física e jurídica. Em nível estadual, através de abatimento do Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) para empresas que incentivem a atividade física e esportiva, e também municipal com um projeto de lei (PL) que deduza o Imposto sobre serviços (ISS) para empresas que ofereçam atividades físico-desportivas, nos mesmos moldes desenvolvidos pelas academias da cidade do Rio de Janeiro (REVISTA ACAD, 2006).

Trata-se de um projeto revestido ideologicamente, pela noção de que as empresas que oferecem nesse caso específico, serviços de atividades físico-desportivas à população, são portadoras de “responsabilidade social”. Quando na verdade só o fazem, na medida em que o Estado financie tais atividades, através de isenção fiscal. Ou seja, as empresas não se comportam de tal forma porque possuem “responsabilidade social” propriamente, mas sim, porque receberem vantagens financeiras cedidas pelo Estado.

Esses projetos que estabelecem uma parceria entre o público e o privado, constituíram-se em uma das características, da chamada “terceira via/terceiro setor”, que ganhou expressividade política com Tony Blair na Inglaterra. O terceiro setor tem sido impulsionado, principalmente, por Organizações Não-Governamentais (ONG's) ou associações que atuam em espaços em que o Estado deixa lacunas. Porém, o projeto “Escola na Academia”, trata-se de uma das expressões da atual desresponsabilização do Estado na promoção de polícias públicas que seriam de sua exclusiva responsabilidade, repartido-a com a iniciativa privada, participando apenas como financiador e regulador, o que condiz com o processo de mercantilização da saúde, educação, práticas corporais, entre outros.

No Brasil, as parcerias público-privado, ganham conformação legal com a aprovação da Lei 11079/2004, prevendo parcerias entre o Estado e a iniciativa privada em diversos setores, incluindo serviços de educação e ensino. Podendo os recursos públicos ser geridos pela iniciativa privada, que tem a obrigação de entrar com apenas 30% do valor investido.

Com vistas nessas condições apresentadas, a ACAD desenvolve o projeto “Escola na Academia”. O que pode ser constatado em entrevista publicada na revista da ACAD (idem. p. 16) em que, o então presidente da entidade explica que “este é um projeto de vanguarda que busca o caminho social da 3ª via, direção que todas as empresas deverão trilhar em um futuro muito próximo...”. Sendo que especificamente esse projeto, além de estabelecer uma parceria público-privado, recebendo a iniciativa privada isenções fiscais do Estado, consegue fazer com que as academias sejam utilizadas em horários ociosos que dificilmente seriam

utilizados por alunos/clientes convencionais, maximizando assim os rendimentos da academia, além de buscar criar o hábito pelas práticas corporais nos escolares com fim de torná-los futuros alunos/clientes, consumidores dos serviços oferecidos pelas academias.

Por fim, pode-se dizer que ao mesmo tempo em que as empresas da indústria do *fitness* e bem-estar buscam, individualmente, mecanismos de inovação, modificando de forma cada vez mais rápida seus processos de trabalho, para manterem-se vivas perante a concorrência intercapitalista, garantindo a manutenção ou ampliação de suas taxas de lucro, organizam-se em torno da ACAD, que busca por meio de articulação com outras entidades e organizações próximas – CONFEF, FPDFAF – , realizar ações no campo político e jurídico – inclusão das academias na área da saúde, isenção ou diminuição dos valores cobrados pelo ECAD, participação das academias no Super Simples sem a necessidade de pagamento de contribuição patronal ao INSS de forma adicional e parcerias público-privadas com o Estado – que possibilitem o desenvolvimento da indústria do *fitness* e bem-estar, por meio de incentivo estatal.

### **3. MERCANTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS: PROCESSOS DE TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO**

Como destacamos no segundo capítulo o modo de produção capitalista encontrou dois mecanismos centrais para superar sua crise da década de 1970. Um deles diz respeito à expansão capitalista em escala global, penetrando setores da produção até então não explorados pela forma especificamente capitalista, ou seja, de extração de mais-valia e valorização ampliada do capital, do qual destacamos a saúde, educação, práticas corporais, entre outros. O segundo diz respeito à reestruturação produtiva do capital caracterizada pela introdução de novas tecnologias e formas de gestão e organização do trabalho. Isso atingiu os ramos de produção já dominados anteriormente pelo capital, ou seja, que já percorriam o ciclo de extração de mais-valia e valorização ampliada deste e os novos setores que se incorporavam à forma especificamente capitalista de produção.

Porém, a reestruturação produtiva atingiu de forma diferente e desigual os diversos ramos e setores da produção capitalista, configurando um quadro de heterogeneidade generalizada dos processos de trabalho. As empresas capitalistas implementam os mais variados processos de trabalho – introdução de novas tecnologias e formas de gestão e organização do trabalho – mesclando e alternando diversos “modelos” produtivos – fordismo/taylorismo, toyotismo/acumulação flexível – no intuito de encontrar a forma histórica mais adequada para manterem ou ampliarem suas taxas de lucro permanecendo vivas diante da concorrência intercapitalista. Isso significa dizer que a unidade da diversidade de processos de trabalho encontra-se no fato de estarem subordinados ao processo de valorização do capital, ou seja, de extração de mais-valia e valorização ampliada do capital.

Até agora situamos a discussão dos processos de trabalho adotado tendencialmente pelo setor do *fitness* e bem-estar focando a discussão no quadro da concorrência intercapitalista, marcada pelo advento do capitalismo monopolista. Já, nesse terceiro capítulo, localizamos a reflexão na relação capital *versus* trabalho com o objetivo de analisar a situação da força de trabalho (salário

e condições de trabalho) no setor de *fitness* e bem-estar, especialmente dos trabalhadores em educação física, com base na identificação de tendências e contra-tendências no movimento do capital e do trabalho (em relação à força de trabalho) diante da reestruturação produtiva da década de 1990.

Nesse sentido, os processos de trabalho adotados de forma heterogênea pelos mais variados ramos da produção capitalista, ou até mesmo dentro do mesmo segmento empresarial, como o setor do *fitness* e bem-estar, geram conseqüências não só para as empresas capitalistas, mas fundamentalmente, para os trabalhadores que comparecem no mercado para vender sua força de trabalho. Os capitalistas assim, lançam mão dos mais diversos processos de trabalho, buscando a forma histórica mais apropriada, não só, para se manterem vivos diante da concorrência intercapitalista, mas, sobretudo, para intensificar a exploração da classe trabalhadora, o que definirá, em última instância, sua capacidade de extrair mais-valia e valorizar o capital.

As tendências e contra-tendências, no que diz respeito à situação da classe trabalhadora – salário e condições de trabalho – estão expressas no movimento conflitivo entre capital e trabalho, ou seja, presentes no processo de luta antagônica entre duas classes fundamentais. A classe trabalhadora se lança ao mercado para vender a única coisa que possui: a força de trabalho, e a burguesia, detentora dos meios de produção, que vive da exploração do trabalho manifesta na extração da mais-valia produzida pela classe trabalhadora. Isso quer dizer que a relação entre os detentores dos meios de produção e a classe trabalhadora é estabelecida com base na venda e compra da força de trabalho, mediada também pelo valor dessa mercadoria.

No capítulo IV de *O Capital*, encontramos as premissas marxianas para a compra e venda da força de trabalho. Já tratamos brevemente dessa questão, ao apresentar na segunda parte dessa dissertação como se estabelece a fórmula geral do capital e suas contradições. Voltamos a abordar o tema, preocupados centralmente em detalhar um pouco mais como ocorre a venda e compra da força de trabalho, para que seja possível entender as formas de extração de mais-valia e os processos de subsunção do trabalho ao capital.

Na circulação simples de mercadorias, ocorre a permuta de mercadorias mediadas pelo dinheiro. Nesse caso a mercadoria aparece no início e no fim do processo ( $M - D - M$ ) satisfazendo necessidades dos envolvidos nessa troca, ocupando assim a função de valor de uso. Já na fórmula geral do capital, ocorre o inverso, o dinheiro aparece no início e no fim do processo ( $D - M - D'$ ). O detentor de dinheiro compra mercadoria e a vende com o intuito de no fim do processo obter mais dinheiro, ou seja, mais valor (mais-valia), o que reforça o espectro da circulação. Porém a transformação de dinheiro em mais dinheiro, ou em um processo que se realiza continuamente e que transforma dinheiro em capital, prescinde não da simples troca ou compra e venda de mercadorias. Para que isso ocorra dirá Marx (2006, p. 197) é necessário que o possuidor de dinheiro tenha “a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor (...) a força de trabalho<sup>17</sup>”.

Mas para que o possuidor de dinheiro possa encontrar no mercado a força de trabalho e seja possível estabelecer a compra e venda dessa mercadoria especial, é preciso que algumas condições estejam estabelecidas. Uma delas pressupõe que o trabalhador seja livre, portanto, dono de sua força de trabalho para que assim possa oferecer e/ou vendê-la como mercadoria. O prosseguimento dessa relação, conforme Marx (2006, p. 198), exige que

o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois, se a vender de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadorias em mercadoria. Tem sempre de manter sua força de trabalho como sua propriedade, sua própria mercadoria, o que só consegue se a ceder ao comprador apenas provisoriamente, por determinado prazo, alienando-a sem renunciar à sua propriedade sobre ela.

A outra condição é que a força de trabalho seja a única mercadoria que o trabalhador possua. Seja, portanto, desprovido de meios de produção, matérias-primas, instrumentos de trabalho, entre outros, em que possa objetivar seu

---

<sup>17</sup> Marx (2006, p. 197) entende força de trabalho como “o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie”.

trabalho em um produto a ser vendido enquanto mercadoria, e possibilite a sua existência. Assim, não tendo acesso aos meios de produção o trabalhador é forçado a vender a única coisa que possui: a força de trabalho.

Como todas as mercadorias a força de trabalho também é portadora de um valor que é determinado segundo Marx (2006, p. 200 e 201) pela “quantidade de trabalho socialmente médio nela incorporado”. Todavia, dirá Marx (2006, p. 201) a determinação do valor da força de trabalho, carrega em si, um elemento histórico e moral, o que, desse ponto de vista a distingue das outras mercadorias. Para que a força de trabalho seja produzida e reproduzida é necessário uma determinada quantia de meios de subsistência, que o possibilite viver e apresentar-se no mercado, todos os dias, nas mesmas condições de realizar trabalho. Mas como o possuidor da força de trabalho é mortal, a produção e reprodução da força de trabalho exige também a produção e reprodução de seus filhos, de sua família, para que se perpetue no mercado essa mercadoria especial: a força de trabalho. Em síntese, como indica Tumolo (2003, p. 162)

o valor da força de trabalho, pois, corresponde a um determinado *quantum* de trabalho abstrato socialmente necessário para produzir a massa de meios de subsistência necessária para produção e reprodução normais da **vida** do trabalhador e de sua família em sua totalidade – alimentação, moradia, transporte, vestuário, saúde, educação, lazer, etc.

Porém, os meios de subsistência necessários à produção e reprodução da vida dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas de cada país, e das condições em que se conformou a classe trabalhadora, com seus hábitos e exigências, o que corresponde ao aspecto histórico e moral da definição do valor da força de trabalho.

Se os meios de subsistência correspondem à produção e reprodução da vida do trabalhador e da sua família, isso significa dizer que não basta o trabalhador receber apenas os meios de subsistência correspondentes ao período que está efetivamente trabalhando. Os meios de subsistência devem suprir as necessidades não apenas do “tempo e espaço de trabalho”, mas também do seu



“tempo e espaço de não-trabalho”, ou seja, da vida do trabalhador e de sua família, integralmente (TUMOLO, 2003).

Marx (2006) dirá de forma irônica que a esfera da circulação é um paraíso no qual se opera a compra e venda da força de trabalho e são cumpridos todos os preceitos liberais. Liberdade, igualdade, propriedade e *Bentham*. Liberdade, pois a compra e venda da força de trabalho ocorre pela livre vontade de seus envolvidos, sendo o contrato a expressão jurídica dessa relação livre e igual. Igualdade por se estabelecer a relação enquanto troca de equivalentes. Propriedade, em que cada um dispõe apenas do que é seu e *Bentham*, cada um cuidando apenas do que é seu. O elo que une comprador e vendedor da força de trabalho são seus interesses particulares, individuais, realizando as obras apenas que gerem proveito recíproco, de utilidade comum. Todavia, se sairmos da esfera da circulação, para a da produção, veremos mudanças nessa relação fenomenicamente harmônica. Na produção o processo de consumo da força de trabalho, ou seja, o próprio trabalho, ao mesmo tempo em que produz valores de uso, produz também valor (mais-valia). É nesta esfera que percebemos como o capital se produz e é produzido.

Para expor as engrenagens do movimento do capital na sua produção e reprodução, Marx, parte de uma explicação genérica do processo de trabalho e sua dinâmica, para posteriormente, subsidiado por essa explanação explicar como se opera o processo de produzir mais-valia. Marx (2006, p. 211) afirma que

antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos – , a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Essa relação orgânica entre ser humano e natureza operada pelo trabalho que se converte em meios de subsistência – do estômago à fantasia – , modificadas historicamente pela ação dos próprios homens, cimentam as condições para a existência humana que segundo Marx (2006, p. 17), é a

“primeira premissa de toda a história humana”, independem de qualquer estrutura social determinada. O trabalho assim, é uma atividade exclusivamente humana, por executar-se conscientemente, diferente da ação animal que é puramente instintiva. Marx (2006, p. 211 e 212) afirma que

uma aranha executa operações semelhantes as do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

O ser humano, portanto, tem a capacidade de colocar finalidade à transformação da natureza, refletir, pré-idear e agir praticamente sobre ela. E é nesse sentido que ocorre o salto ontológico, ou seja, acontece a mudança qualitativa do ser que é operado pelo e no trabalho<sup>18</sup>. Essa relação orgânica entre ser humano e natureza, condição eterna da existência humana, demonstra que a força de trabalho não produz nada sozinha. Ela necessita relacionar-se com os meios de produção para gerar os meios de subsistência, ou seja, valores de uso. Esse processo dar-se-á pela relação entre os elementos componentes do processo de trabalho. Um intercâmbio entre o trabalho, o objeto que receberá a ação do trabalho e os meios de trabalho que irão mediar a relação entre o objeto e o trabalho. O processo de trabalho trata-se, portanto da relação orgânica entre meios de produção, que são o objeto e instrumento de trabalho, e a força de trabalho, ou seja, o próprio trabalho enquanto atividade orientada a um fim, à produção de um valor de uso.

Porém em uma relação capitalista, para o processo de trabalho para Marx (2006) é uma relação entre coisa que o capitalista comprou – objetos e instrumentos de trabalho – ou seja, os meios de produção e a força de trabalho,

---

<sup>18</sup> Para Lukács (1981, p. 03) o trabalho é a fundação do ser social e “ (...) todas as outras categorias desta forma de ser têm, essencialmente, já um caráter social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõe o salto como já acontecido”.

portanto, os produtos dessa relação, são igualmente de quem as comprou, o capitalista e não de seu produtor direto, o trabalhador. Além disso, a força de trabalho posta em movimento pelo trabalhador estará sob controle do capitalista, para que se evite qualquer desperdício dos meios de produção empregados, de tal forma, que sejam usados para o que for estritamente necessário à execução de determinado trabalho.

Após compreendermos de forma genérica como se dá o processo de trabalho, estão dadas as condições para explicar o processo de produção de mais-valia, de valorização do capital.

Do ponto de vista da produção capitalista, o processo de trabalho não é apenas relação entre meios de produção e força de trabalho orientada a criar valores de uso, mas é ao mesmo tempo processo de produção de valor e de mais-valia. A produção de valor ocorre segundo Tumolo (2005, p. 249 ) quando

O possuidor de dinheiro, o capitalista, vai ao mercado e compra, de um lado, os meios de produção pelo seu valor e, de outro, a força de trabalho, pagando também seu exato valor. O consumo do valor de uso da força de trabalho, que se efetiva quando esta consome os meios de produção, resulta na criação de uma mercadoria, propriedade do capitalista, que vai vendê-la pelo seu valor.

Entretanto, existe um detalhe que necessita ser considerado nesse processo. A compra de ambas as mercadorias força de trabalho e meios de produção pelos seus devidos valores, e colocadas em movimento pelo processo de trabalho, geram uma mercadoria portadora também de um valor que será trocada no mercado pelo seu exato valor, cumprindo-se o preceito formal de igualdade. Entretanto, a força de trabalho quando produz um valor para além dos valores gastos com os meios de produção e com a própria força de trabalho, acaba por gerar um valor excedente, mais-valia. Marx (2006, p. 228) explica isso afirmando que

comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só se difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que a força de trabalho pago pelo capital é substituída por um

equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se o processo de produzir mais-valia (valor excedente).

O mistério da produção capitalista e de seu processo de acumulação revela-se ao decifrarmos o segredo da mais-valia. Processo de trabalho, produção de valor e de mais-valia se distinguem, como foi exposto, porém possuem conexões entre si. Tumolo (2005, p. 250) expõe essa relação da seguinte forma:

Compreendendo o processo de formação de mercadorias como unidade entre processo de trabalho e processo de formação de valor e, diferentemente, o processo de produção capitalista, forma capitalista de produção de mercadorias, com unidade do processo de trabalho e processo de valorização. Este último, cujo escopo é a produção de capital, distingue-se do anterior, que tem como finalidade a produção apenas de mercadorias. Ambos se diferenciam do processo simples de trabalho, uma vez que este objetiva a produção somente de valor de uso, de riqueza, e por isso, não pressupõe nenhum dos outros dois processos. O processo de produção de mercadorias implica o processo de trabalho, mas não o processo de produção capitalista, e este, por sua vez, pressupõe os outros dois processos.

O processo de produção de mais-valia, ao passo que se diferencia e se relaciona com o processo de trabalho e de produção de valor, manifesta-se de duas formas distintas. Como mais-valia absoluta e relativa.

O ponto que separa a produção de valor e passa à produção de mais-valia está marcado pela divisão da jornada de trabalho em dois momentos, que didaticamente, podem ser explicados da seguinte forma. Em um primeiro momento o trabalhador produz uma quantidade de valor que corresponde ao valor necessário para reprodução de sua existência e da sua família. Ou seja, o valor dos meios de subsistência – do estômago à fantasia – que o possibilite voltar continuamente ao mercado para vender sua força de trabalho, o que pode ser chamado de trabalho necessário. Passando do ponto em que o valor produzido se equivale ao valor dos meios de subsistência, começa a ser produzido mais valor, mais-valia, o que corresponde ao trabalho excedente. Isso quer dizer que o tempo de trabalho que excede a produção do valor dos meios de subsistência para manter essa força de trabalho em ação, gera um valor (mais valia) que apropriado pelo capitalista, após a venda da mercadoria produzida, o possibilita comprar

meios de produção e força de trabalho, processo esse que se repete continuamente e dá ao capitalista as condições para a acumulação de capital.

Essa forma de extração de mais-valia que apresentamos pode ser chamada de mais-valia absoluta. Pois como afirma Marx (2009, p. 578)

a produção de mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção de mais valia relativa.

Isso quer dizer que a mais valia absoluta é em si o próprio processo de extração de mais-valia, que é o embrião do modo de produção capitalista. Porém, quando se altera o processo de trabalho possibilita-se a extração de mais-valia relativa. Marx (2009, p. 578) explica isso afirmando que

Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção de mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção de mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais.

Entretanto, não basta que o processo de trabalho se altere para que o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da existência do trabalhador e da sua família diminua. É preciso que as alterações no processo de trabalho se generalizem, atingindo a cadeia produtiva nos meios de subsistência necessários ao trabalhador para que assim diminua o tempo de trabalho necessário e consequentemente o valor da força de trabalho. O processo de alteração permanente dos processos de trabalho converte-se assim no mecanismo primordial do modo de produção capitalista. Pois as empresas diante da concorrência intercapitalista são empurradas permanentemente a reduzirem o valor de suas mercadorias e conquistam isso alterando e controlando cada vez mais os processos de trabalho<sup>19</sup>. Para Marx (2006, p. 578 e 579)

---

<sup>19</sup> Os mecanismos que levam às mudanças processo de trabalho foram explicados por Marx nos XI a XIII, de O Capital, da cooperação simples, manufatura e grande indústria. Contudo, como afirma

a produção de mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital.

Porém, é necessário ressaltar que a passagem da subordinação formal do trabalho para uma subordinação real não significa, de forma alguma, eliminar o processo de extração de mais-valia absoluta, pelo contrário, estabelecem uma relação orgânica, mais-valia absoluta e mais-valia relativa, como expõe Marx no capítulo XIV de *O Capital*.

Quando o modo de produção capitalista torna-se a forma geral de produção e com isso aumenta a taxa de mais-valia pondo-se como uma necessidade para sobrevivência do capitalista, pode-se perceber claramente a diferença entre as duas formas de extração de mais-valia e ao mesmo tempo a relação que estabelecem. Sobre a diferença entre as duas dirá Marx (2009, p. 580)

dados a produtividade o trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível elevar a taxa de mais-valia<sup>20</sup> com o prolongamento absoluto da jornada de trabalho; dada a duração da jornada de trabalho, só é possível elevar a taxa de mais-valia variando relativamente as magnitudes das suas partes componentes, o trabalho necessário e o trabalho excedente.

Se o capitalismo conquistou, em certo estágio de seu desenvolvimento, o controle real sobre o processo de trabalho, o que o possibilitou extrair mais-valia relativa, não o obrigou por outro lado a abrir mão do processo de extração de mais-valia absoluta. Na verdade, são formas em que o capitalista de acordo com

---

Tumolo (2005, p. 251) embora Marx tenha feito “uma investigação cuidadosa e minuciosa das transformações que ocorreram nos processos de trabalho ao longo de vários séculos, o autor não tinha o objetivo de examinar os processos de trabalho em si, mas analisar a mais-valia relativa – tanto que o título da seção composta pelos referidos capítulos é a ‘A produção de mais-valia relativa’ –, ou melhor, como foi possível, por intermédio das mudanças operadas nos processos de trabalho e do controle exercido pelo capital sobre eles, conseguir-se a diminuição do valor da força de trabalho e, por conseguinte, a implementação da mais-valia relativa”. E é esse método que nos permite compreender as transformações que ocorrem hoje nos processos de trabalho, ou seja, como por exemplo, do fordismo/taylorismo para o toyotismo/acumulação flexível e suas forma híbridas.

<sup>20</sup> A taxa de mais valia corresponde ao trabalho excedente dividido pelo trabalho necessário, e é por isso, segundo Marx (2006, p. 254) “(...) a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”.

as possibilidades concretas da ampliação da taxa de mais-valia, utilizar-se-á tanto de uma como da outra, combinando-as, hora prolongando a jornada de trabalho de forma absoluta, hora variando relativamente trabalho necessário e trabalho excedente.

O controle do processo de trabalho, enquanto aspecto determinante da passagem de uma subsunção formal para uma subsunção real do trabalho atinge seu auge segundo Tumolo (2003, p. 168) “durante a vigência do taylorismo/fordismo” que acaba por representar a forma mais avançada de racionalização capitalista durante várias décadas do século XX.

O controle sobre o processo de trabalho exercido pelo taylorismo/ fordismo constitui-se basicamente de acordo com Antunes (2003, p. 25)

(...) pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos espaços e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/ consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (...) que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria ao longo do século<sup>21</sup>.

Apesar de considerarmos que na vigência do taylorismo/fordismo conquistou-se o ápice da passagem da subsunção formal para subsunção real do trabalho ao capitalismo, acreditamos ser necessário ponderar alguns pontos dessa posição. Antes da chegada da maquinaria e da indústria moderna os meios de trabalho caracterizavam-se basicamente por ferramentas, instrumentais e a algumas técnicas de organização do trabalho. Na caso do artesanato os processos de organização do trabalho expressavam-se de forma menos rígida do que na manufatura. Todavia, o trabalho vivo (a força de trabalho) predominava sobre o trabalho morto (objetos e meios de trabalho). Com o advento da maquinaria e da indústria moderna os pólos dessa relação se invertem. O trabalho morto passa a ser predominante diante do trabalho vivo, o que permite a passagem da subsunção formal para subsunção real do trabalho ao capitalismo.

---

<sup>21</sup> O século que o autor refere-se nesse caso, apesar de não estar explicitado é o século XX.

No momento em que o conhecimento objetiva-se na maquinaria é que o trabalho morto passa a subordinar o trabalho vivo, e controlar realmente o processo de trabalho. Nesse momento histórico pode-se dizer que a chegada da maquinaria é mais determinante do que as mudanças nas formas de organização do trabalho, para a transição da subsunção formal para subsunção real do trabalho<sup>22</sup>. Entretanto, a introdução de maquinaria ou de certo grau de tecnologia objetivado em uma máquina não ocorre de forma desconexa das combinações sociais de produção, ou seja, das formas de organização do trabalho, por esse motivo consideramos que a subsunção real do trabalho que se inicia com o advento da maquinaria, tem como expressão mais marcante o taylorismo/fordismo e suas formas de gestão e organização do trabalho.

No momento histórico de acumulação capitalista, marcado pelo fordismo/toyotismo, o controle e a racionalização do processo de trabalho de acordo com Tumolo (2003, p. 168) “passam a demandar o controle da vida do trabalhador, pois, como já foi visto, a produção da mercadoria força de trabalho implica a produção da vida humana em sua integralidade”. Emerge uma necessidade marcante de além de subsumir realmente o trabalho, subsumir de alguma forma a vida do trabalhador.

Antonio Gramsci, em um estudo clássico, chamado *Americanismo e Fordismo*, aborda com propriedade esse fenômeno. Gramsci (2001, p. 248) afirma que a racionalização do trabalho marcado pelo taylorismo/fordismo “determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho de processo produtivo” tanto das classes dominantes que teriam que deixar de ser ociosas para tornarem-se industriais, como da classe trabalhadora não sendo possível obter êxito no processo de trabalho sem obter resultados no controle e na adaptação da vida.

---

<sup>22</sup> Por ser a maquinaria o elemento determinante da transição da subsunção formal para subsunção real do trabalho, poder-se-ia dizer que processos produtivos em que a máquina não é predominante, como em alguns trabalhos, não estariam ocorrendo processos de subsunção real do trabalho, mas formal, pelo fato do trabalho vivo ser ainda predominante diante do trabalho morto. Isso poderia ser levando em conta em trabalhos como o da saúde, educação ou até mesmo em algumas modalidades do trabalho no segmento de *fitness* e bem-estar. Mais adiante iremos abordar como encaramos essa questão, utilizando a categoria subsunção real da vida social ao capital proposta por Tumolo (2003).



Para Gramsci (2001, p. 251) o processo de trabalho exigia uma “adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, que não é algo inato, ‘natural’, mas exige ser adquirido”, devendo atingir, portanto, as mais variadas dimensões da vida, inclusive as mais íntimas, como a sexualidade e a família. Sobre isso aponta Gramsci (2001, p. 252, 254 e 269) que

não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também racionalizado (...) estes novos métodos [*taylorismo/fordismo*] exigem uma rígida disciplina dos instintos sexuais (do sistema nervoso), ou seja, um fortalecimento da ‘família’ em sentido amplo (não desta ou daquela forma do sistema familiar), da regulamentação e da estabilidade de relações sexuais (...) o novo industrialismo quer a monogamia, que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional.

A transição, não em um sentido cronológico propriamente, da subsunção formal para subsunção real do trabalho, marcada pela incorporação da maquinaria atinge seu auge no período taylorista/ fordista que traz segundo Tumolo (2003, p. 169),

como ‘novidade’ o controle não só do processo de trabalho, mas também da vida do trabalhador, é possível inferir que o domínio sobre esta última era uma espécie de ‘extensão’ do domínio sobre o primeiro ou, em outras palavras, que o controle do processo de trabalho ainda era determinante em reação ao controle da vida e que, por isso, o controle da vida se dava por causa e por intermédio do controle do processo de trabalho. Tratava-se, assim, de uma **subsunção real do trabalho**, mas de uma **subsunção formal da vida dos trabalhadores ao capital**. (grifado por mim)

A partir, principalmente da década de 1970, o processo de trabalho organizado hegemonicamente sob as bases do binômio taylorismo/fordismo desloca-se para uma “nova” dinâmica organizativa caracterizada como toyotismo/acumulação flexível<sup>23</sup>. O atual padrão de acumulação capitalista herda,

---

<sup>23</sup> Como já vimos na primeira parte da dissertação o quadro da reestruturação produtiva é marcado por uma heterogeneidade generalizada dos processos de trabalho, sendo assim, toyotismo/acumulação flexível e taylorismo/fordismo coexistem complementarmente no atual padrão de acumulação capitalista.

dentre outros aspectos, do anterior – taylorismo/ fordismo – “a necessidade do duplo controle, do processo de trabalho e da vida do trabalhador” (TUMOLO, 2003, p. 169). Porém, no padrão atual de acumulação capitalista, a tese que se levanta é de que a relação entre essas formas de controle se inverte de tal forma que o controle da vida do trabalhador torna-se “determinante em relação ao controle do processo de trabalho e de que tal fenômeno se deu à própria dinâmica, ao movimento mesmo do capital” (TUMOLO, 2003, p. 169).

Para explicar a dinâmica do capital no atual padrão de acumulação capitalista, recorreremos a uma discussão já apresentada no primeiro capítulo da dissertação, que se referem à concorrência intercapitalista e as contradições da acumulação capitalista, com base na teoria do valor-trabalho. No capítulo XXIII de *O Capital*, Marx (2009, p. 733) explica que “(...) a acumulação capitalista sempre produz, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”. Criando-se assim, uma “superpopulação relativa (...) um exército industrial de reserva” (MARX, 2009, p. 732) do qual fazem parte os trabalhadores, no período em que estiverem desempregados. Isso acontece na medida em que ocorre uma redução proporcional do capital variável (força de trabalho) em relação a sua parte constante (máquinas, instalações) empregada pelo capitalista, aumentando a composição orgânica do capital, predominando a extração de mais-valia relativa.

O fato da força de trabalho ser a única e exclusiva mercadoria, portadora da capacidade, como valor-de-uso do capitalista, para produzir valor, mais-valia, ou seja, capital leva-nos a deduzir que a redução quantitativa da força de trabalho implica na redução proporcional do valor gerado e conseqüentemente da mais-valia. Isso se torna um problema para o capitalista. Mas isso só ocorre – aumento da composição orgânica do capital, exército industrial de reserva, desemprego – porque na disputa travada no campo da concorrência intercapitalista, cada capitalista individual é compelido a reduzir seus custos de produção, possibilitando-o reduzir os valores unitários das mercadorias, inclusive o valor da força de trabalho. E essa redução só se atinge na medida em que o capitalista

investe mais em capital constante do que em capital variável, ou seja, com o aumento da composição orgânica do capital. Essa dinâmica leva os capitalistas individuais a resolverem seus problemas diante da concorrência, principalmente àqueles que conquistam uma mais-valia extraordinária. Porém, por outro lado, o aumento da composição orgânica do capital leva a uma queda tendencial na taxa de lucro dos capitalistas, o que provoca crises no sistema e torna-se um entrave para sua expansão e manutenção.

Diante do atual padrão de acumulação capitalista, é possível inferir que a composição orgânica do capital esteja se multiplicando exponencialmente, já que os meios e instrumentos de trabalho utilizados pelas empresas capitalistas, de base microeletrônica – característica distintiva do modelo de produção toyotista/acumulação flexível, além das diferenças na organização do trabalho<sup>24</sup>, com relação ao modelo de produção taylorista/fordista – prescindem cada vez mais da força de trabalho, gerando contraditoriamente dois efeitos. Um deles diz respeito a um incremento brutal de força de trabalho supérflua. E o outro uma acentuada diminuição da taxa de lucro, e conseqüentemente da taxa de acumulação, devido ao investimento proporcionalmente maior em capital constante com relação ao capital variável, o que diz respeito a uma produção imensurável de mercadorias com um reduzido *quantum* de valor (trabalho abstrato). O que proporciona uma substancial diminuição do valor das mercadorias em geral, inclusive a força de trabalho (TUMOLO, 2003).

Esse incremento sistemático do desemprego, de força de trabalho supérflua, presente no atual padrão de acumulação capitalista é chamado por alguns autores de “desemprego estrutural” (ALVES, 2005; ANTUNES, 2007). Afirma Giovanni Alves (2005, p. 76) que

com a mundialização do capital, ocorre uma alteração lógico-epistemológica (e ontológica) da categoria ‘população trabalhadora

---

<sup>24</sup> Os protocolos organizacionais do toyotismo/acumulação flexível, do ponto de vista fenomênico de sua apreensão, são: a automação/auto-ativação que consiste em fazer com que as máquinas e os modos de operação incluam protocolos de responsabilidade pela qualidade dos produtos nos próprios postos de fabricação; o *just-in-time/kanban* que é uma inovação puramente organizacional baseada em uma produção voltada para demanda e a polivalência operária, ou seja, um trabalhador capaz de operar várias “tarefas simples” (ALVES, 2005)

excedente', capaz de expressar a nova forma de ser do mundo do trabalho sob a nova ofensiva do capital na produção. O que antes poderia ser considerado 'trabalhadores assalariados excedentes', sob a grande indústria, no período histórico de transição para a pós-grande indústria, sob a mundialização do capital, torna-se, por conseguinte, 'população trabalhadora excluída'. O 'excedente' inverte-se em 'excluído'.

Isso significa dizer que não se trataria mais de movimentos de emprego e desemprego dos ciclos capitalistas, mas um processo de eliminação estrutural de postos de trabalho que jamais seriam recriados, formando mais que uma superpopulação relativa, mas um excedente excluído estruturalmente (IASI, 2007).

De fato é possível observar, com o devido cuidado, em dados estatísticos<sup>25</sup> um aumento sistemático do desemprego. Porém ponderamos que o capitalismo se desenvolve por ciclos, através de fases de crescimento seguidas de fases de estagnação e contração. Após uma fase ascendente do capitalismo, no pós segunda guerra mundial, o capitalismo entrou em uma fase descendente a partir da década de 1970. Isso gerou segundo Germer (2008, [s.p])

de imediato uma grande onda de desemprego nos países centrais, que se alastrou pelo mundo e se prolonga desde então, embora com grandes desigualdades regionais, dando origem a um cenário de desemprego elevado e persistente, que é motivo da suposição da existência de 'desemprego permanente' [*desemprego estrutural*].

Todavia, é necessário acompanhar o desenvolvimento dos ciclos de acumulação capitalista para identificarmos se de fato trata-se de uma tendência definitiva do capitalismo o "desemprego estrutural" ou trata-se de uma tendência que em outros momentos do ciclo reprodutivo do capital possa ser alterada. Nesse sentido preferimos compreender que o que ocorre no atual padrão de acumulação capitalista é um incremento sistemático do desemprego.

O segundo ponto diz respeito ao aumento também sistemático da composição orgânica do capital, gerando a produção de mercadorias portadoras

---

<sup>25</sup> Segundo Pochmam (2006) em 1980, 2,8% da população economicamente ativa (PEA) do Brasil, apresentava-se desempregada, chegando ao ano de 2000 a um índice de 15% de desempregados. Além disso, segundo dados do DIEESE (2010) é possível constatar as seguintes taxas de desemprego total (desemprego aberto e oculto), relativa ao mês de maio de 2010: Belo Horizonte 9,6%, Distrito Federal 14,3%, Porto Alegre 9,6%, Recife 18,3%, 18,2% Salvador e 13,3% São Paulo.

de um valor reduzido, justamente pela redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Processo esse que ao atingir a produção dos meios de subsistência do trabalhador e de sua família, também diminui o valor da força de trabalho. Esse fenômeno juntamente com o incremento sistemático do desemprego desembocará em uma redução não apenas do valor, mas do preço da força de trabalho abaixo de seu valor. Segundo Tumolo (2003, p. 166)

o preço da força de trabalho, embora seja, originalmente, expressão monetária do valor, é determinado imediatamente pelo poder que cada uma das classes detém no 'palco' da luta de classes ou, se quiser, pela correlação de forças entre as classes sociais que realizam o processo de produção, troca e consumo desta mercadoria – capitalistas e proletários.

Em um quadro de incremento sistemático do desemprego e de uma instabilidade empregatícia, os trabalhadores que ainda têm a chance de vender a sua força de trabalho, colocam a classe trabalhadora em uma situação desfavorecida no processo de luta de classes. Marx (2009) já alertava para a possibilidade do preço da força de trabalho, em determinadas condições, ser menor que seu valor ao abordar a luta entre o trabalhador e a máquina. Segundo Marx (2006, p. 491)

a auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista baseia-se na venda da força de trabalho como mercadoria pelo trabalhador. A divisão manufatureira do trabalho particulariza essa força de trabalho, reduzindo-a à habilidade muito limitada de manejar uma ferramenta de aplicação estritamente especializada. Quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor-de-troca de força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor-de-uso. O trabalhador é posto fora do mercado como o papel-moeda retirado de circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua<sup>26</sup>, não mais imediatamente necessária a auto-expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas

---

<sup>26</sup> Mais adiante, no mesmo capítulo em que Marx (2006, p. 503) aborda essa questão, é esclarecido que “as contradições e antagonismos inseparáveis da aplicação capitalista da maquinaria não existem, simplesmente porque não decorrem da maquinaria, mas de sua aplicação capitalista. A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho; aumenta sua intensidade; escraviza o homem por meio das forças naturais; pauperiza os verdadeiros produtores”.

contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo de seu valor.

Se tal fenômeno já era possível de ser observado com a introdução da maquinaria é bem possível que esteja se recrudescendo no atual padrão de acumulação capitalista, tendo em vista que

a 'maquinaria' utilizada, de base informacional e microeletrônica, é uma arma muitíssimo mais poderosa porque muito mais 'dispensadora' de força de trabalho que naquele período, o que implica o aumento do contingente supérfluo de trabalhadores e, por conseguinte, a redução mais acentuada do preço da força de trabalho, muito abaixo de seu valor (TUMOLO, 2003, p. 167).

Essa dinâmica que propiciou o capitalismo reduzir o valor das mercadorias, para manter-se vivo diante da concorrência intercapitalista, pelo investimento de uma quantidade proporcionalmente maior de capital constante em relação ao capital variável, possibilitou a extração predominantemente de mais-valia relativa. Porém ao passo que se amplia a composição orgânica do capital o contingente de trabalhadores supérfluos, desempregados incrementa-se exponencialmente, gerando de forma contraditória, uma redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor constringendo conforme Tumolo (2003, p. 167),

os trabalhadores que ainda conseguiam vender sua força de trabalho a aumentarem sua jornada de trabalho, para tentar compensar a corrosão do preço de sua força de trabalho, o que proporcionou a produção e extração da mais-valia absoluta.

Fato que pode ser observado pelo atual quadro de precarização do trabalho caracterizado de acordo com Alves (2007) pelas mudanças no formato de contratação e definição de direitos combinada a relações instáveis de salário e emprego marcado pelo incremento sistemático de desempregados.

Um exemplo concreto, da redefinição dos direitos e formas de contratação e salário, pode ser observado no mecanismo de terceirização, ou seja, no processo de subcontratação da força de trabalho. A terceirização tem possibilitado as

empresas diminuir os gastos com direitos trabalhistas e salário. Segundo dados<sup>27</sup> do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apud Alves (2007) os trabalhadores que possuem um contrato direto com a empresa que trabalha, ou seja, não é terceirizado apresenta uma condição salarial superior em 67,5% dos casos, além de 72,5% dos terceirizados com benefícios sociais reduzidos em relação aos que possuem contrato direto. Mecanismo esse utilizado nos mais diversos setores da produção capitalista, inclusive no segmento de *fitness* e bem-estar.

Essa redefinição dos direitos e formas de contratação e salário se expressa também no plano jurídico-institucional, buscando adequar a legislação às novas demandas do atual padrão de acumulação capitalista. De acordo com Alves (2007) a Lei do Trabalho Temporário aprovada em 1998 é o “cimento jurídico-político” do atual precário mundo do trabalho ao possibilitar com isso reverter, diminuir uma série de direitos trabalhistas, presentes na Consolidação das leis do trabalho (CLT) ou na Constituição de 1988. Garante assim, a possibilidade legal dos capitalistas enfraquecerem o estatuto salarial de parcela da classe trabalhadora que ainda mantinha um vínculo empregatício considerado formal, transformando-a em uma força de trabalho temporária, vulnerável às imposições relativas a salário e condições de trabalho impostas pelas necessidades de acumulação do capital. Isso sem falar na extensão do tempo para o pagamento de horas extras e a implementação do banco de horas que desobriga as empresas a pagarem o excesso de horas podendo compensá-las pela diminuição de horas de trabalho em um outro dia, no prazo de um ano.

A terceirização, juntamente com a lei do trabalho temporário, a implementação do banco de horas, o contrato por tempo parcial em que o trabalhador é obrigado a trabalhar em várias empresas, além da utilização do

---

<sup>27</sup> “O estudo do Dieese realizado entre outubro e dezembro de 1992 possui caráter genérico. Ele abrange os trabalhadores de 40 empresas que realizam algum tipo de terceirização: 52,5% delas pertencem ao setor metalúrgico; 15% ao setor elétrico; 12,5% são companhias telefônicas; 7,5% pertencem ao setor vestuário; 5% são bancos; 5% correspondem ao setor de processamento de dados e os 2,5% restantes, ao setor petróleo” (DIEESE apud ALVES, 2007, p. 268).

trabalho feminino<sup>28</sup>, de estagiários, são a expressão e ao mesmo tempo possibilitam a extração de mais-valia absoluta, pois ao permitirem o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor – via mais valia relativa – por uma pressão significativa exercida pelo desemprego, obrigam os trabalhadores que tem o “privilegio” de vender sua força de trabalho a estender sua jornada de trabalho, seja pelo aumento do tempo efetivo de trabalho vendido ao capital que pode ser representado por um ou diversos capitalistas – contrato de tempo parcial – ou ainda com o aumento da intensidade do trabalho acima de condições normais, para compensarem os salários pagos abaixo de seu valor. A própria redução de direitos e do estatuto salarial do trabalhador leva-os a possuírem uma remuneração abaixo de seu valor, fazendo com que tenham que ampliar sua jornada de trabalho para compensar de alguma forma os direitos não garantidos e o salário reduzido.

O incremento sistemático do desemprego juntamente com o processo de precarização do trabalho, marcado pela redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor, juntamente com o domínio capitalistas da produção das mais variadas dimensões da vida, haja vista, a expansão e penetração capitalista das últimas décadas nos mais diversos ramos de produção – saúde, educação, praticas corporais, comunicação, serviços, cultura, entre outros – estabelecendo relações especificamente capitalistas de produção de mais-valia e acumulação do capital são

(...) os ingredientes fundamentais para o controle do capital sobre a vida dos trabalhadores. A subsunção real do trabalho e a subsunção formal da vida dos trabalhadores ao capital transformam-se, na contemporaneidade, em subsunção real da vida dos trabalhadores ao capital. Mais do que isso, tendo em vista o controle do capital sobre toda a vida social, transformam-se em **subsunção real da vida social ao capital**. (...) Tudo isso, significa,

---

<sup>28</sup> De acordo com pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no ano de 1997, sobre a equidade de gênero nas negociações coletivas, foi constatado que: “os vínculos empregatícios das mulheres são mais frágeis e as condições de trabalho mais desfavoráveis que as dos homens, embora a recente tendência à precarização do trabalho venha aproximando, pelo lado negativo, ambos os sexos. (...) as mulheres ganham menos do que os homens, independente da situação: desempenho da economia, escolaridade, função ou cargo exercido”. No setor de serviços os salários das mulheres correspondem a 70% do salário recebido pelos homens e na indústria, o salário recebido pelas mulheres corresponde a 56% do salário recebido pelos homens (DIEESE, 1997).



portanto, o coroamento da articulação orgânica do “espaço do trabalho” e do “espaço fora do trabalho” num único e mesmo “espaço”, o *locus* do capital. (TUMOLO, 2003, p. 174; grifos do autor)

No próximo item do capítulo tratamos de como se relacionam os trabalhadores de práticas corporais inseridos no segmento de *fitness* e bem-estar com o processo de subsunção real da vida social ao capital que é marcado pela ampliação sistemática do desemprego e pela redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor em um quadro de precarização do trabalho.

### 3.1 SUBSUNÇÃO REAL DA VIDA SOCIAL AO CAPITAL E TRABALHO COM PRÁTICAS CÔRPORAIS NO SETOR DE *FITNESS* E BEM-ESTAR

As relações que o processo de subsunção real da vida social ao capital e trabalho com práticas corporais – especialmente professores de educação física – no setor de *fitness* e bem-estar possuem é discutida, nesse item, no quadro do processo de extração de mais-valia relativa e absoluta. Em última instância é na disputa pela mais-valia que se desenvolve a luta de classes, no caso aqui estudado, entre empresas do segmento do *fitness* e bem-estar e trabalhadores das práticas corporais – professores de educação física.

Como já foi exposto na primeira parte do terceiro capítulo é a taxa de mais-valia, enquanto relação entre trabalho necessário e trabalho excedente, que se dimensiona o nível de exploração da força de trabalho, do seu nível de precariedade, e dá indícios para se investigar os processos de subsunção do trabalho e da vida ao capital.

A idéia que apresentamos é de que no setor de *fitness* e bem-estar existe uma predominância da extração de mais-valia absoluta com relação à mais-valia relativa, em um quadro de subsunção real da vida social ao capital. Vejamos primeiro como se desenvolve a extração de mais-valia relativa no setor de *fitness* e bem-estar.

O processo de produzir valor – capacidade exclusiva da força de trabalho – se diferencia do processo de produzir mais-valia por ser prolongado além certo de ponto. A dinâmica que produz apenas valor acontece até o ponto que o valor da força de trabalho é substituída por um equivalente o que corresponde ao trabalho

necessário para reproduzir em condições normais sua vida e da sua família. Quando se ultrapassa esse ponto começa a ser produzida mais-valia, trabalho excedente, expropriada pelo capitalista. Entretanto, quando são alterados os processos de trabalho pela introdução de novas tecnologias e formas de gestão e organização do trabalho é possibilitado ao capitalista aumentar a produtividade do trabalho. Isso implica, por sua vez, uma maior massa de instalações e insumos operados por cada trabalhador, ou seja, ocorre um investimento proporcional maior em capital constante – máquinas, instalações – do que em capital variável – força de trabalho. Mecanismo que ocorre necessariamente, pela concorrência intercapitalista, em que cada empresa é constrangida a aumentar sua produtividade e diminuir o valor unitário das mercadorias que produz. Diminuindo-se assim – ao atingir a produção dos meios de subsistência do trabalhador e sua família – o tempo de trabalho necessário e conseqüentemente aumenta o tempo de trabalho excedente, sem alterar a jornada de trabalho.

No setor de *fitness* e bem-estar é possível constatar também uma busca pelo aumento da produtividade do trabalho e da extração de mais-valia relativa. Isso pode ser observado na necessidade constante que as academias possuem em inovar seus equipamentos<sup>29</sup> e na mudança que gera no processo de trabalho.

Em estudo realizado por Furtado (2007) sobre as transformações tecnológicas das academias de ginástica aborda que os novos equipamentos de musculação possuidores de tecnologias microeletrônicas permitem aumentar a produtividade do trabalho nas academias. Segundo Addad Neto apud Furtado (2007, p. 314)

as tradicionais fichas de musculação vêm sendo substituídas por chaves que possuem um “chip” acoplado, interligadas a um computador central [que] permite prescrever treinamento e transmite todas as informações necessárias para a realização dos exercícios, controlando inclusive a intensidade dos mesmos. Em cada equipamento, a amplitude e a velocidade dos movimentos também são eletronicamente mensurados por “leds” localizados no monitor, possibilitando que o próprio aluno avalie o

---

<sup>29</sup> Em matéria – já abordada no primeiro capítulo da dissertação – da Revista *Fitness Business Latin América* (2006b) intitulada “Consertar ou Comprar outro?” os empresários do setor de *fitness* e bem-estar destacam a necessidade, de sempre que possível, investir em novos equipamentos, alertando para o fato de quem tiver a capacidade de fazer isso em maior velocidade terá melhor condições perante a concorrência intercapitalista.

desempenho do seu treinamento, promovendo o seu auto-atendimento, dispensando a assistência do professor.

A introdução desses novos equipamentos de musculação de base microeletrônica possibilita o aumento da produtividade, ao permitir que uma quantidade maior de equipamentos seja proporcionalmente manejada/ cuidada por um número menor de professores. Um investimento maior em capital constante – aparelhos de musculação de base microeletrônica – possibilita ao capitalista investir proporcionalmente menos em capital variável – força de trabalho. Além disso, a introdução desses novos equipamentos de musculação de base microeletrônica é acompanhado de transformações nas condições sociais de produção, ou seja, nas formas de gestão e organização do trabalho nas academias.

De acordo com Quelhas (2010, p.14)

a produtividade do trabalho pode ser controlada pelas máquinas, pois estas possibilitam à empresa o controle do trabalho dos professores por meio de um relatório mensal onde constam: a quantidade de alunos nas aulas de ginástica de cada professor por dia e horário; a quantidade de alunos para qual cada professor de musculação elabora programas de treinamento; índices de rotatividade de alunos por professor de musculação; perfil predominante dos alunos que cada professor atende, ou seja, a quantidade de alunos velhos ou mais novos e homens e mulheres por professor; quantos alunos e quantas revisões foram feitas por cada professor de musculação.

Esse controle da produtividade altera significativamente, os métodos de gestão e organização do trabalho nas academias e permite ao mesmo tempo o capitalista a estabelecer metas na produção de seus serviços – práticas corporais.

Outros exemplos de mudanças na gestão e organização do trabalho, ou seja, nos métodos de trabalho, podem ser e observados segundo Quelhas (2010) na proposta de organização do trabalho da *Les Mills*, representada no Brasil pela *Body Systems* e na rede de academias *Curves*.

No caso da *Les Mills/ Body Systems* afirma Quelhas (2010, p.15) que

o papel do trabalho vivo (do profissional de educação física) fica reduzido ao papel de mero repetidor de aulas pré-coreografadas, já que há um total afastamento do momento da concepção. O modelo único de programa de ginástica permite ao empregador um menor grau de dependência da força

de trabalho, visto que, dependendo somente de um bom grau de entusiasmo, empatia e simpatia. Além disso, o sistema de credenciamento periódico mantém o trabalhador numa constante necessidade de qualificação, que é detida pela empresa dona da franquia da marca (Body Systems no Brasil e Les Mills na Nova Zelândia).

A rede de academias *Curves*, substancia-se em aulas de trinta minutos, elaboradas para atender exclusivamente o público feminino, com base em treinamentos aeróbicos e de força muscular com alguns equipamentos simples dispersos em um circuito. O nível de intensidade do treinamento é observado segundo Mascarenhas et. al. (2007, p. 247)

de sete em sete minuto, quando há uma gravação no CD-Rom solicitando às alunas pararem e aferirem sua pulsação. A gravação marca o tempo de contagem e avisa quando começar e quando parar a contagem. Após isso as sócias<sup>30</sup> calculam seu batimento cardíaco e lêem numa tabela fixada na parede da academia em qual zona alvo está. Novamente a gravação indica se deve ou não passar para próxima estação. E assim segue o circuito de treinamento.

Desse modo a força de trabalho empregada – professor de educação física – para o desenvolvimento desse formato de aula, fica restrita a animar e motivar as alunas, ao mesmo tempo em que permite, pelo número reduzido e programado do tempo das aulas, atender mais alunos/clientes sem demandar para isso de uma maior quantidade de força de trabalho, ou seja, de professores de educação física.

A introdução de máquinas de musculação de base microeletrônica e mudanças significativas nas formas de gestão e organização em parte significativa das academias, atingem especialmente as médias, grandes e mega academias. Todavia, como já relatado no primeiro capítulo da pesquisa, a grande maioria das academias existentes no Brasil são consideradas de pequeno para médio porte. Dessa forma, apesar de no quadro da concorrência intercapitalista ocorrer uma pressão para que as academias de modo geral adotem aparelhos de musculação de base microeletrônica e novas formas de gestão e organização do trabalho, não é possível afirmar que isso aconteça em todas as academias. Nesse sentido

---

<sup>30</sup> As alunas da academias *Curves* são chamadas de sócias.

entendemos que apesar de ocorrer um processo e uma busca pela extração de mais-valia relativa no setor de *fitness* e bem-estar, não é o que predomina. Vejamos, então como se desenvolve o processo de extração de mais-valia absoluta no setor de *fitness* e bem-estar.

A mais-valia absoluta é conquistada pelo capitalista por um prolongamento da jornada de trabalho, que pode ser representado pelo tempo de trabalho efetivo vendido a um ou vários capitalistas, ou seja, o tempo de trabalho vendido ao capital. No atual padrão de acumulação capitalista observamos um aumento da produção e extração de mais-valia absoluta. Pela dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista, baseado na extração de mais-valia relativa, foi possível uma redução generalizada do valor das mercadorias, inclusive do valor da força de trabalho, gerando contraditoriamente, um crescimento sistemático do desemprego. Esses dois fenômenos possibilitaram a redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor através de mecanismos de recrudescimento salarial e precarização do trabalho, forçando o trabalhador a ampliar sua jornada de trabalho – mais-valia absoluta – com vistas a compensar a corrosão causada pela redução do preço de sua força de trabalho abaixo do seu valor. Isso converte o trabalhador a subsumir sua vida social ao capital.

O recrudescimento salarial e precarização do trabalho que nos referimos atingem também o setor de *fitness* e bem-estar. Podemos compreender essa situação observando Convenções Coletivas de Trabalho estabelecidas entre Sindicatos representantes do segmento patronal com sindicatos dos trabalhadores do setor de *fitness* e bem-estar. Três Convenções são utilizadas para exemplificar a questão.

Na Convenção Coletiva de Trabalho assinada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Esportes Aéreos, Aquáticos e Terrestres do Estado de São Paulo (SEEAATESP) e Sindicato dos Profissionais de Educação Física do Estado de São Paulo (SINPEFESP), para o ano de 2010, foi fixado como piso salarial R\$ 1.174,80 (um mil cento e setenta e quatro reais e oitenta centavos) mensais (SINPEFESP, 2010). No Paraná a Convenção Coletiva de Trabalho assinada pelo Sindicato Patronal das Academias de Ginástica e Similares do Estado do Paraná e

pelo Sindicato dos Profissionais de Educação Física do Estado do Paraná (SINPEFEPAR) o valor fixado, para o ano de 2010, é um pouco superior ao de São Paulo, sendo R\$ 1.672,00 (um mil seiscentos e setenta e dois reais) mensais (SINPEFEPAR, 2010). Já no Rio de Janeiro o acordo coletivo assinado pelo Sindicato dos Empregados em Clubes Estabelecimentos de Cultura Física, Desportos e Similares do Estado do Rio de Janeiro (SINDECLUBES/RJ) e pelo Sindicato das Academias do Estado do Rio de Janeiro (SINDACAD/RJ) para o ano de 2010/2011, fixa o piso salarial em R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mês, ou seja, menos da metade dos outros dois acordos coletivos apresentados (SINDACAD/RJ, 2010).

Esses três Acordos Coletivos de Trabalho que utilizamos – São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro – definem, em linhas gerais, o salário mensal do professor de educação física empregados no setor de *fitness* e bem-estar e estão abaixo do salário mínimo necessário<sup>31</sup> que segundo dados do DIEESE (2010), corresponde à R\$ 2.257, 52 (dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), com base no período em que foram assinados os Acordos Coletivos de Trabalho. Isso leva-nos a inferir que o preço da força de trabalho – salário mensal previsto nos Acordos Coletivos de Trabalho – dos professores de educação física dos Estados de São Paulo, Paraná, e principalmente, Rio de Janeiro, estão abaixo de seu valor – meios de subsistência necessários para reprodução da força de trabalho e de sua família em condições normais.

Porém a forma mais utilizada pelo setor de *fitness* e bem-estar e estimulada pela ACAD – entidade representativa do setor nacionalmente – prevista nos Acordos Coletivos, é o regime de contrato parcial em que o pagamento é feito com

---

<sup>31</sup> Salário mínimo necessário: Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional 'salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim' (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada Mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário (DIEESE, 2010) .

base no número de horas trabalhadas. Em uma matéria da Revista da ACAD que explica a legalidade do contrato de tempo parcial é possível verificar, que

(...) a realidade das academias no Brasil é remunerar seus instrutores por valor de hora/aula. Devido ao número médio de horas semanais trabalhadas, normalmente inferiores a 25, a tendência do contrato de trabalho por tempo parcial a cada dia se consolida na categoria de forma mais eficaz. (ACAD, 2005a, p. 09).

Nos Acordos Coletivos de Trabalho de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro<sup>32</sup> a remuneração definida para o contrato de regime parcial, é de R\$ 5,34 (cinco reais e trinta e quatro centavos), R\$ 7, 60 (sete reais e sessenta centavos) e R\$ 4,00 (quatro reais), respectivamente, por hora trabalhada (SINDPEFEPAR, 2010; SINPEFESP, 2010; SINDADAD/RJ, 2010). Isto corresponderia a um salário mensal de R\$ 939,84 (novecentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos) para os trabalhadores do Estado de São Paulo, R\$ 1.337,60 (um mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta centavos) para os do Paraná e R\$ 704 (setecentos e quatro reais) no Rio de Janeiro, isso com base em uma jornada de 44 horas semanais e 4 semanas no mês. Com isso é possível observar que o contrato em tempo parcial tende, em um somatório total de horas, a pagar um salário inferior ao contrato em que o salário é pago por mês. Apesar de no Rio de Janeiro, em que os salários tanto mensal quanto por hora trabalhada são bem inferiores aos demais, ocorrer um pagamento ligeiramente maior no contrato de regime parcial.

Além disso, desconfiamos que essas Convenções Coletivas de Trabalho não estejam sendo necessariamente cumpridas. Em matéria publicada da Revista E.F. (2008) que leva o título de “Evolução de Salários nas academias de São Paulo” são apresentados os dados de uma pesquisa<sup>33</sup> realizada pela *Fitness Management School* (FMS) no primeiro semestre de 2007 sobre o salário pago

---

<sup>32</sup> Na Convenção coletiva do Rio de Janeiro é define-se a duração das sessões de aula como sessenta minutos, sendo possível seu fracionamento e respectivo pagamento proporcional (SINDACAD/RJ, 2010).

<sup>33</sup> “Na pesquisa foram consideradas as remunerações dos professores de ginástica de grupo, professores de musculação, professores de natação, recepcionistas, coordenadores da área e gerentes. Os dados foram recolhidos em 53 academias, das quais 29 são da Grande São Paulo e 24 em cidades do interior, 200 quilômetros distantes da capital”. (CONFEE, 2008, p. 30)

por hora/aula em academias do estado de São Paulo. De acordo com a pesquisa o preço mínimo pago por/hora aula de musculação na grande São Paulo é de R\$ 3,22 (três reais e vinte e dois centavos) e no interior do estado R\$ 2,87 (dois reais e oitenta e sete centavos). A Convenção Coletiva de Trabalho entre patronal e trabalhadores no estado de São Paulo, para o ano de 2007, previa o salário de R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) por hora trabalhada (SEEAATESP, 2007).

O contrato de tempo parcial possibilita assim, que, o setor de *fitness* e bem-estar, empurre ainda mais o preço da força de trabalho para baixo de seu valor, o que estimula a utilização dessa forma de contrato. Além disso permite-se as academias contratarem de acordo com a demanda, ou seja, no horário de maior movimento do estabelecimento contratam-se mais professores e nos horários com menor movimento contratam-se menos professores. Isto em um regime de trabalho de 8h diárias, fixadas por um contrato mensal, não seria possível.

Outro ponto a ser considerado no contrato de tempo parcial é que, esse mecanismo faz com que, os trabalhadores – professores de educação física – tenham que vender sua força de trabalho para diversas academias simultaneamente, espalhando sua jornada de trabalho ao longo do dia. Coimbra (2009) em pesquisa realizada com professores de academias de Juiz de Fora, Minas Gerais, relata que muitos têm sua jornada espalhada das seis horas até as vinte e duas. Uma das entrevistadas relatou que possui a carga horária semanal de cinquenta e três horas, enquanto outra chegou a ministrar treze horas de aula em um dia. Isso significa que o “tempo de trabalho” e o tempo de “não-trabalho” acabam não tendo uma divisão clara, antes se articulam organicamente em um único e mesmo espaço, o do capital. Subsumem assim sua vida social ao capital.

Inferimos também que em muitos contratos a carteira de trabalho não é assinada. Coimbra (2009) relata que em sua pesquisa a maioria dos professores de educação física entrevistados trabalhou e ainda trabalha sem carteira assinada. E nos outros casos, excluindo-se um, as carteiras são assinadas, porém com um salário registrado inferior ao pago. O contrato sem carteira assinada pode ser evidenciado claramente na figura do *personal trainer* – professor que realiza atendimento individualizado – que estabelece uma relação de autônomo com a



academia. Ou seja, trata-se de um serviço terceirizado pela empresa – academia de ginástica – uma subcontratação, que a possibilita oferecer um serviço, receber por isso, e ao mesmo tempo não ter gastos significativos. Forma essa de relação de trabalho prevista pela Convenção Coletiva de Trabalho dos três estados apresentados.

Em entrevista publicada na Revista E.F. (2005a, p. 07) que recebe o título de “O bom profissional nunca está pronto” Fabio Saba afirma que

o *personal trainer* precisa gerenciar a aderência dos seus alunos, controlar a desistência, criar um sistema que favoreça o prazer da prática diária da atividade física para aumentar a permanência dos beneficiários. Posso afirmar que essa postura vem ajudando o Profissional de Educação Física a se posicionar como uma “empresa”, onde sua marca é o seu nome e o seu patrimônio é o conhecimento que têm.

Essa é a expressão clara de como os defensores da mercantilização das práticas corporais e os empresários do setor de *fitness* e bem-estar pensam as relações de trabalho. Nesse sentido dissemina-se a idéia de que o *personal trainer* mesmo não tendo nenhum meio de produção, a não ser sua força de trabalho, deva se encarar como uma “empresa”, uma espécie de “patrão de si mesmo”, para que quando preste serviços a uma academia não leve em conta os direitos trabalhistas. Converte-se assim não em “patrão de si mesmo” como querem fazer crer, ma em “escravo de si mesmo”, pois enquanto a empresas de verdade – possuidoras de meios de produção – vivem da exploração da força de trabalho expresso na extração da mais-valia, o *personal trainer* vive ou sobrevive da sua própria força de trabalho.

Mais um mecanismo de relações de trabalho previsto em duas das três Convenções Coletivas de Trabalho apresentadas – São Paulo e Rio de Janeiro – é o banco de horas<sup>34</sup>, que possibilita as empresas do setor de *fitness* e bem-estar pagarem hora extra, ou seja, pagar um acréscimo ao salário se as horas trabalhadas a mais em um dia forem compensadas em outro. Esse mecanismo

---

<sup>34</sup> Na convenção Coletiva de Trabalho do Estado de São Paulo é prevista os trabalhadores pagos por hora, não possa ser utilizado o banco de horas, porém a Convenção do Rio de Janeiro é omissa quanto a isso (SINPEFESP, 2010).

possibilita as empresas ampliarem a jornada de trabalho em um determinado dia, utilizando mais a força de trabalho nos momentos de maior movimento da academia e compensar, sem ter gastos, – pagamento de hora extra – dispensando a força de trabalho nos momentos em que as necessidades da academia não sejam tão grandes. Além disso, inferimos, apesar de não podermos comprovar formalmente, que exista uma extensão da jornada de trabalho, em forma de horas extras, oculta. Ou seja, não havendo tempo destinado para o planejamento das aulas durante a jornada de trabalho, o trabalhador vê-se obrigado a realizar essa atividade em casa, o que seria seu “tempo de não-trabalho” relaciona-se organicamente com seu “tempo de trabalho”, e o trabalho que deveria ser vendido ao capital, acaba por ser doado pelo trabalhador, uma hora extra não paga.

Outro procedimento utilizado pelo setor de *fitness* e bem estar para pagar a força de trabalho contratada – professores de educação física – um preço ainda mais abaixo de seu valor, pode ser encontrado na recomendação exposta na Revista *Fitness Business Latin América* (2006d) em uma matéria intitulada “Socorro, estou devendo!” onde uma das orientações é que as academias mesclam profissionais experientes com professores iniciantes que podem receber salários menores. O que significa incorporar uma força de trabalho que esteja mais suscetível a receber um salário menor para realizar a mesma atividade que um trabalhador – mais experiente – supostamente com um estatuto salarial superior.

Um desses trabalhadores recorrentemente contratados pelas academias é o estagiário. Em pesquisa realizada por Borges & Silva (2010) sobre o estágio, identifica que o que deveria ser um mecanismo de preparação para o mercado de trabalho torna-se precarização do trabalho juvenil. Nesse sentido relata a autora, que das sessenta e nove ações presentes no Ministério Público do Trabalho da Bahia referente a contratos fraudulentos de estágio, no período estudado, quarenta e seis são de academias de ginástica, o que leva-nos crer que essa forma de contratação – estagiários – tem sido utilizada pelas academias a fim de substituir, ilegalmente, uma força de trabalho que receberia um salário superior –

professores formados, experientes. Tal fato deveria ser um mecanismo de preparação da juventude para o mundo do trabalho, torna-se uma forma de reduzir ainda mais o preço da força de trabalho abaixo de seu valor.

Esses mecanismos de redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor, possibilitado dentre outros fatores pelo incremento sistemático do desemprego, tem gerado, contraditoriamente, uma ampliação da jornada de trabalho – mais-valia absoluta – como forma de compensar a corrosão salarial. O que acaba em desembocar, pela jornada longa e extenuante de trabalho, em uma degradação da saúde dos trabalhadores.

Na pesquisa realizada por Coimbra (2009), vários professores relataram que durante a sua jornada de trabalho realizam um número elevado de aulas em diversas modalidades de ginástica – localizada, *step*, *jump*, *spinning*, entre outros – repetindo os exercícios na mesma intensidade e ritmo em todas as aulas. O que, segundo matéria intitulada “A saúde do profissional de Educação Física”, publicada na Revista E.F. (2007, p. 22), “(...) tem levado a problemas que comprometem não só a saúde, bem como geram incapacidades permanentes de atualização desse profissional”.

Além disso, temos os professores que trabalham ao ar livre, enfrentando exposição ao sol permanente, o que pode ocasionar, mesmo que associado à atividade física, problemas de desidratação, dentre outros recorrentes da exposição sistemática ao sol. Já nos ambientes fechados encontramos, encontramos os problemas já relatados com relação às aulas de ginástica<sup>35</sup>, os referentes à musculação e a natação. No caso da musculação a demonstração e correção de exercícios realizados repetidamente podem causar lesões músculo esqueléticas, além dos acidentes que possam vir a ocorrer com os equipamentos de musculação. E as aulas de natação em piscinas fechadas que tem trazido aos professores, pelo contato constante com cloro e outros produtos químicos usados para manutenção e limpeza da academias, afecções na pele, escamações, além

---

<sup>35</sup> De acordo com Coimbra (2009) em sua pesquisa, um dos entrevistados relata que por ministrar em torno de dezessete aulas de spinning – bicicleta estacionária em que ocorre a utilização de música para ditar o ritmo e a intensidade da atividade – por semana tem passado frequentemente por crises de estresse devido ao som auto, incomodando-o ao ponto de não escutar música fora do horário de trabalho.

de problemas respiratórios como asma, renite, bronquite, além de vermelhidão e irritação nos olhos (CONFEEF, 2007).

Consideramos que no atual padrão de acumulação capitalista houve uma redução generalizada do valor das mercadorias – mais-valia relativa – inclusive da força de trabalho, levando contraditoriamente a um sistemático incremento do desemprego e uma redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor o que estimula os trabalhadores a ampliarem sua jornada de trabalho para compensar o estatuto salarial rebaixado e a precarização do trabalho, possibilitando os capitalistas, em geral, extraírem mais-valia absoluta.

No setor de *fitness* e bem-estar compreendemos que haja uma prevalência da extração de mais-valia absoluta. Ao contrario da extração da mais-valia relativa que está restrita as mega, grades e médias empresas que conseguem incorporar equipamentos de musculação de base microeletrônica e modificar suas formas de gestão e organização do trabalho, o rebaixamento do preço da força de trabalho abaixo de seu valor atinge todas as academias indistintamente, por mecanismos de rebaixamento salarial expostos nas Convenções Coletivas de Trabalho, e/ou por mecanismos de precarização do trabalho – contrato em tempo parcial, não garantia de direitos trabalhistas, carteira assinada com um salário inferior ao pago, subcontratação (exemplo: *personal trainer*), banco de horas, trabalho doado ao capital (planejamento de aulas fora do horário de trabalho), contratação de estagiários – que estimula, para compensar tal rebaixamento, a ampliação da jornada de trabalho, propiciando ao capital extrair mais-valia absoluta, configurando um quadro de subsunção real da vida social ao capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa circunscreve-se no esforço de identificar tendências no setor do *fitness* e bem-estar, mais especificamente, no processo de mercantilização das práticas corporais como uma das conseqüências do processo de reestruturação produtiva do capital e seus efeitos para os trabalhadores deste setor.

Compreendemos assim, que as práticas corporais têm passado por um processo de mercantilização nos últimos anos, na vigência do capitalismo monopolista. O Estado ao abrir mão de funções – educação, saúde, práticas corporais – que por razões históricas e políticas foram-lhe atribuídas, possibilita e estimula que tais atividades sejam dinamizadas pela iniciativa privada. Dá condições, assim, à mercantilização dessas atividades da qual incluímos as práticas corporais. A mercantilização nesse sentido nada mais é que a incorporação dessas atividades em quadro essencialmente capitalista, ou seja, de produzir mais-valia e valorizar o capital.

Nesse sentido, compreendemos que o setor que representa significativamente esse processo de mercantilização das práticas corporais é o setor do *fitness* e bem-estar, que cresce pelo mecanismo de fusão e exportação de capitais – franquias – para os quatro cantos do globo. Características distintivas da fase monopolistas do desenvolvimento capitalista. Além disso, compreendemos as mercadorias – práticas corporais – produzidas pelo segmento de *fitness* e bem-estar como um serviço, pelo seu resultado ser um “ato” e não um produto “palpável” e também pela sua produção ocorrer ao mesmo tempo em que o seu consumo.

Do ponto de vista da concorrência intercapitalista, as empresas do setor de *fitness* e bem-estar adotam uma heterogeneidade generalizada de processos de trabalho no intuito de manter ou ampliar suas taxas de lucro e manterem-se viva diante da concorrência. Nesse sentido, do ponto de vista da relação capital *versus* capital identificamos algumas tendências gerais no processo de trabalho das academias. O primeiro diz respeito à necessidade permanente do setor de *fitness* e bem-estar atrair novos alunos/clientes e ao mesmo tempo retê-los, nesse

sentido adotam variadas medidas com vistas a atrair e reter alunos/clientes. Essa é uma das preocupações recorrentes para os empresários do setor. Além disso, o mecanismo de terceirização, que também tem impacto na relação capital *versus* trabalho, tem demonstrado ser um mecanismo útil de expansão dos negócios sem ampliar significativamente os gastos. Outra tendência tem sido a massificação, ou seja, a conversão do maior número possível de práticas corporais para forma mercadoria, que possibilite extrair mais-valia e valorizar o capital. Para isso se utilizam também da segmentação buscando atender o maior número de alunos/clientes possível – idosos, crianças, mulheres, empresários, jovens, etc. Outro ponto também observado diz respeito à obsolescência planejada da mercadoria oferecida em uma dinâmica de renovação superficial, cada vez mais rápida, das práticas corporais oferecidas como mercadorias.

Além do que foi apontado pode-se dizer que ao mesmo tempo em que as empresas da indústria do *fitness* e bem-estar buscam, individualmente, mecanismos de inovação, modificando de forma cada vez mais rápida seus processos de trabalho, para manterem-se vivas perante a concorrência intercapitalista, garantindo a manutenção ou ampliação de suas taxas de lucro. Organizam-se assim, em torno de suas entidades representativas – ACAD, CONFE, FPDFAF – com a finalidade de realizar ações no campo político e jurídico que possibilitem o desenvolvimento da indústria do *fitness* e bem-estar, por meio de incentivo estatal, das quais destacamos: inclusão das academias na área da saúde, isenção ou diminuição dos valores cobrados pelo ECAD, participação das academias no Super Simples sem a necessidade de pagamento de contribuição patronal ao INSS de forma adicional e parcerias público-privadas com o Estado.

Por outro lado, do ponto de vista da relação capital *versus* trabalho perceberemos também tendências que afetam diretamente a força de trabalho. Compreendemos que a luta de classes se desenvolve no quadro da luta pela mais-valia, sendo que, no atual padrão de acumulação capitalista identificamos a predominância da extração da mais-valia absoluta.

Pela dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista, baseado na extração de mais-valia relativa, foi possível uma redução generalizada do valor

das mercadorias, inclusive do valor da força de trabalho, gerando contraditoriamente, um crescimento sistemático do desemprego. Esses dois fenômenos possibilitaram a redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor através de mecanismos de recrudescimento salarial e precarização do trabalho, forçando o trabalhador a ampliar sua jornada de trabalho – mais-valia absoluta – com vistas a compensar a corrosão causada pela redução do preço de sua força de trabalho abaixo do seu valor. O que converteu o trabalhador a subordinar sua vida social ao capital.

Esse fato também é evidenciado no setor de *fitness* e bem-estar, que apesar de através da inclusão de aparelhos de base microeletrônica nas academias e modificar suas forma de gestão e organização do trabalho permanentemente, extrair mais-valia relativa, o que tem predominado é a extração de mais-valia absoluta. Pois o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor atinge todas as academias indistintamente, por mecanismos de rebaixamento salarial expostos nas Convenções Coletivas de Trabalho, e/ou por mecanismos de precarização do trabalho – contrato em tempo parcial, não garantia de direitos trabalhistas, carteira assinada com um salário inferior ao pago, subcontratação (exemplo: *personal trainer*), banco de horas, trabalho doado ao capital (planejamento de aulas fora do horário de trabalho), contratação de estagiários – que estimula, para compensar tal rebaixamento, a ampliação da jornada de trabalho, propiciando ao capitalista extrair mais-valia absoluta, configurando um quadro de subsunção real da vida social ao capital.

Esperamos assim, que essas contribuições tenham colaborado de alguma forma com a compreensão da situação dos trabalhadores em práticas corporais do setor de *fitness* e bem-estar, principalmente por parte dos estudantes e professores de educação física. E que possam perceber nesse fenômeno particular, as mudanças gerais que ocorrem no trabalho com educação no geral, e em específico na educação física, seja ela no espaço formal – escola – ou nos espaços informais como academias, clubes, hotéis, espaços de lazer, entre outros. E, além disso, sirvam como instrumento para novas investigações que versem sobre o trabalho dos professores de educação física na

contemporaneidade. Não se restringindo apenas a aprofundar a análise sobre o trabalho no segmento de *fitness* e bem-estar, mas nos diversos campos de intervenção abordando temas referentes às condições de trabalho, saúde e formação inicial e continuada dos professores de educação física que carecem de pesquisas, especialmente, no campo crítico que observem o fenômeno do ponto de vista dos trabalhadores.



## REFERÊNCIAS

ACAD. As 10 mais. **ACAD.** Rio de Janeiro, n. 40, p. 08-09, janeiro/fevereiro, 2007a.

\_\_\_\_\_. Quem vive verá!. **ACAD.** Rio de Janeiro, n. 35, p. 04, janeiro/ fevereiro, 2007b.

\_\_\_\_\_. Super simples: academias incluídas, mas apenas uma batalha vencida. **ACAD.** Rio de Janeiro, n. 34, p. 04, novembro/dezembro, 2006.

\_\_\_\_\_. Projeto escola na academia: união das iniciativas pública e privada pela inclusão social dos alunos da rede pública de ensino. **ACAD.** Rio de Janeiro, n. 34, p. 04, novembro/dezembro, 2006.

\_\_\_\_\_. Richard Bilton: não há vento favorável para o barco que não sabe onde quer chegar. **ACAD.** Rio de Janeiro, n. 24, p. 30-31, março/abril, 2005.

\_\_\_\_\_. Legalidade do contrato de trabalho por tempo parcial. **ACAD.** Rio de Janeiro, n. 27, p. 9, set/out, 2005a.

\_\_\_\_\_. Paulo Akiau: atual é o português com a barriga no balcão da padaria. **ACAD.** Rio de Janeiro, n. 22, p. 22, outubro/novembro, 2004b.

\_\_\_\_\_. Para entender o Super Simples. **ACAD.** Rio de Janeiro, n. 20, p. 24, jul/ago. 2004c.

\_\_\_\_\_. Nosso marketing está errado: vamos atrás dos 55 milhões que não estão conosco. **ACAD.** Rio de Janeiro, n. 18, p. 06, março, 2004a.

\_\_\_\_\_. Amigos da indústria do fitness. **ACAD.** Rio de Janeiro, n. 16, p. 06, setembro, 2003.

\_\_\_\_\_. Apoio incondicional: parlamentares se unem em torno do fomento à prática de atividades físicas. **ACAD.** Rio de Janeiro, n. 16, p. 24-26, setembro, 2003.

ALVES, G. **A tessitura da redundância:** elementos teóricos-metodológicos para uma investigação sobre a experiência da precarização do trabalho no Brasil. 31 Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, 22 a 26 de out., 2007.

\_\_\_\_\_. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9<sup>a</sup> ed., São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2003..

BERTEVELLO, G. Academias de ginástica e condicionamento físico: sindicatos e associações. In: COSTA, L. P. da (Org.) **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

BORGES, A. SILVA, M. C. M. S. **O estagio:** mecanismo de preparação para inserção no mercado de trabalho ou de precarização do trabalho juvenil?. VI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia do Trabalho (ALAST), Cidade do México, 20 a 23 de Abril de 2010.

BRASIL. Lei nº 11079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm)

\_\_\_\_\_. **Cartilha:** o que é franquia?. Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior. 2005. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/64BE85F38096D5B7032570AB004A9D66/\\$File/NT00031C6E.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/64BE85F38096D5B7032570AB004A9D66/$File/NT00031C6E.pdf) Acesso em: 05 de setembro de 2009.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

COIMBRA, T. C. **O reordenamento do mundo do trabalho e a precarização do trabalho do professor de educação física: mediações da mercantilização da cultura corporal.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

COSTA, L. P. da. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

CREF1. Academias não devem pagar taxa ao ECAD. **CREF1**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 6, 1<sup>o</sup> bim. 2001.

CONFEEF. Evolução de salário nas academias de São Paulo. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n 27, março, 2008.

\_\_\_\_\_. A saúde do profissional de educação física. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. n 26, dezembro, 2007.

\_\_\_\_\_. Fórum Nacional de Prevenção Integrada da Área da Saúde. **Revista E.F.** Rio de Janeiro, n. 16, p. 30-31, jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Personal Trainer. **Revista E. F.** Rio de Janeiro, n. 15, p. 4-8, março, 2005a.

DIEESE. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>

\_\_\_\_\_. Equidade de gênero nas negociações coletivas. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/es1out97.xml>

\_\_\_\_\_. Taxa de desemprego total. Disponível em: <http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=5>

FERRETI, C. J. et. al. (Orgs.) **Nova tecnologias, trabalho & educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

FURTADO, R. P.. Do fitness ao wellness: os três estágios de desenvolvimento das academias de ginástica. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 12, n. 1, 2009.

\_\_\_\_\_. **Novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho do professor nas academias de ginástica**. Goiânia: Pensar a prática, 10/2, 307-322, jun/dez., 2007.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GAWRYSZEWSKI, Bruno. **CONFEEF**: organizador da mercantilização do campo da Educação Física. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GERMER, C. M. **O proletariado “invisível”: a centralidade da classe trabalhadora e a transição para o socialismo**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

\_\_\_\_\_. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: CORAZZA, G. **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: **Cadernos do Cárcere**. Edição de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HANSEN, R.; VAZ, A. F. Treino, culto e embelezamento do corpo: um estudo em academias de ginástica e musculação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 135-152, set. 2004.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Classes sociais e a reestruturação produtiva do capital**. 140 anos de O Capital. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 55-75.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**; formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LENIN, V. I. **O estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

\_\_\_\_\_. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1991.

LUKÁCS, G. **O trabalho**. In: Para ontologia do ser social. Tradução: Ivo Tonet. Mimeo, 1981.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. OT/PT, 1998.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, Vol. II, 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. 6ª ed. São Paulo: Centauro editora, 2008.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, Vol. I, 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de o capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1979.

MASCARENHAS, F. et. al. **Acumulação flexível, técnicas de inovação e grande indústria do fitness**: o caso curves Brasil. Pensar a Prática 10/2: 237-259, jul./dez., 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

NOZAKI, H. T.. **Educação Física no mundo do trabalho**: mediações da regulamentação da profissão. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes curriculares e regulamentação da profissão: o que modifica no campo de atuação do profissional de educação física**. In: PRÉ-CONBRACE SUL E ENCONTRO DE COORDENADORES DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REGIÃO SUL, 1., 1., 2003. Pato Branco, PR. **Anais...** Pato Branco, PR: CBCE/Secretarias Estaduais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e FADEP, 2003.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1991.

PINHEIRO, I. A.; PINHEIRO, R. R. Organização científica do trabalho reinventa um mercado tradicional: o caso do *fitness*. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 1-26, dez. 2006.

POCHMAM M. Economia brasileira hoje: seus principais problemas. In: LIMA, Júlio César França e NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p.109-131.

\_\_\_\_\_. **O emprego na globalização:** a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

QUELHAS, A. A. **O profissional de educação física no segmento de fitness: uma análise a partir da categoria marxista de trabalho produtivo.** VII Seminário do Trabalho. Marília: Unesp, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pensamento empresarial e precarização do trabalho no segmento fitness:** uma análise das repercussões das novas determinações do capital sobre o processo de trabalho do professor de Educação Física. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008, Marília. Trabalho, economia e educação no século XXI. **Anais...** Marília: UNESP, 2008.

REVISTA FITNESS BUSINESS LATIN AMERICA. Bom ano para a Gold's Gym: rede teve crescimento recorde em 2007. **Revista Fitness Business Latin América**, São Paulo, nº 35, p. 15, janeiro/ fevereiro, 2008.

\_\_\_\_\_. ACAD revela perfil do aluno de academias do RJ e RS. **Revista Fitness Business Latin América**, São Paulo, nº 34, p. 45-47, novembro/ dezembro, 2007b.

\_\_\_\_\_. Anunciada a maior fusão de academias da Europa e leste. **Revista Fitness Business Latin América**, São Paulo, nº 33, p. 20, setembro/outubro., 2007a.

\_\_\_\_\_. Expansão dos negócios, evolução do bem-estar. **Revista Fitness Business Latin América**, São Paulo, nº 33, p. 20, setembro/outubro., 2007a.

\_\_\_\_\_. Corrida de resultados. **Revista Fitness Business Latin América**, São Paulo, nº 30, p. 27, março/abril, 2007c.

\_\_\_\_\_. Fitness First alcança marca de 500 unidades no mundo. **Revista Fitness Business Latin América**, São Paulo, nº 29, p. 13, janeiro/fevereiro, 2007d.

\_\_\_\_\_. Socorro, estou devendo!. **Revista Fitness Business Latin América**. São Paulo, nº 24, p. 26, março/abril, 2006d.

\_\_\_\_\_. Serviços próprios ou terceirizados? Eis a questão. **Revista Fitness Business Latin América**, São Paulo, nº 28, p. 30-35, novembro/ dezembro, 2006c.

\_\_\_\_\_. Phd em fitness. **Revista Fitness Business Latin América**. São Paulo: Novo Meio, n. 27, p. 54-56, setembro/outubro. 2006b.

\_\_\_\_\_. Consertar ou comprar outro? **Revista Fitness Business Latin América**. São Paulo: Novo Meio, n. 27, p. 64-65, setembro/outubro. 2006b.

\_\_\_\_\_. Mulheres do Afeganistão descobrem academia. **Revista Fitness Business Latin América**, São Paulo, nº 26, p. 14, julho/agosto., 2006a.

\_\_\_\_\_. Les mills atinge 10 mil academias. **Revista Fitness Business Latin América**, São Paulo, nº 26, p. 26, julho/agosto., 2006a.

\_\_\_\_\_. Rússia tem nova rede de academias. **Revista Fitness Business Latin América**, São Paulo, nº 25 maio/junho, 2006.

\_\_\_\_\_. A! Body Tech nasce da fusão entre A!cademia Sport Club e Body Tech e opera sete academias no Rio de Janeiro. **Revista Fitness Business Latin América**, São Paulo, nº 21, p. 34-36, set./out., 2005.

SABA, F. **Liderança e gestão**: para academia e clubes esportivos. São Paulo: Phorte, 2006.

SEEAATES. **Convenção coletiva de trabalho 2007/2008**. Disponível em: [http://www.sindicatodasacademias.org.br/LinkClick.aspx?fileticket=g-8oSp5vR\\_M%3d&tabid=592&language=pt-BR](http://www.sindicatodasacademias.org.br/LinkClick.aspx?fileticket=g-8oSp5vR_M%3d&tabid=592&language=pt-BR)

SINDACAD. **Convenção coletiva de trabalho 2010/2011**. Disponível em: <http://sindicad.ning.com/page/convencao-coletiva>

SINPEFESP. **Convenção coletiva de trabalho 2010/2011**. Disponível em: <http://www.sindicatodasacademias.org.br/>.

SINPEFEPAR. **Convenção coletiva de trabalho 2010/2011**. Disponível em: <http://www.sinpefepar.com.br/>

TUMOLO, P. S.; FONTANA, K. B. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 102, 2008.

TUMOLO, P. S. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n.

90, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php> Acesso em: 20 de Agosto de 2009.

\_\_\_\_\_. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. In: **Educação & Sociedade**. Campinas: CEDES, v. 24, no. 82, 2003. (p. 159-178)

\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação e. Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 77, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php> Acesso em: 20 de Agosto de 2009.